



**Conferência Ibero-Americana
de Chefes de Estado e de Governo
Reuniões Ministeriais Setoriais**

2010



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010



Secretaría General
Iberoamericana

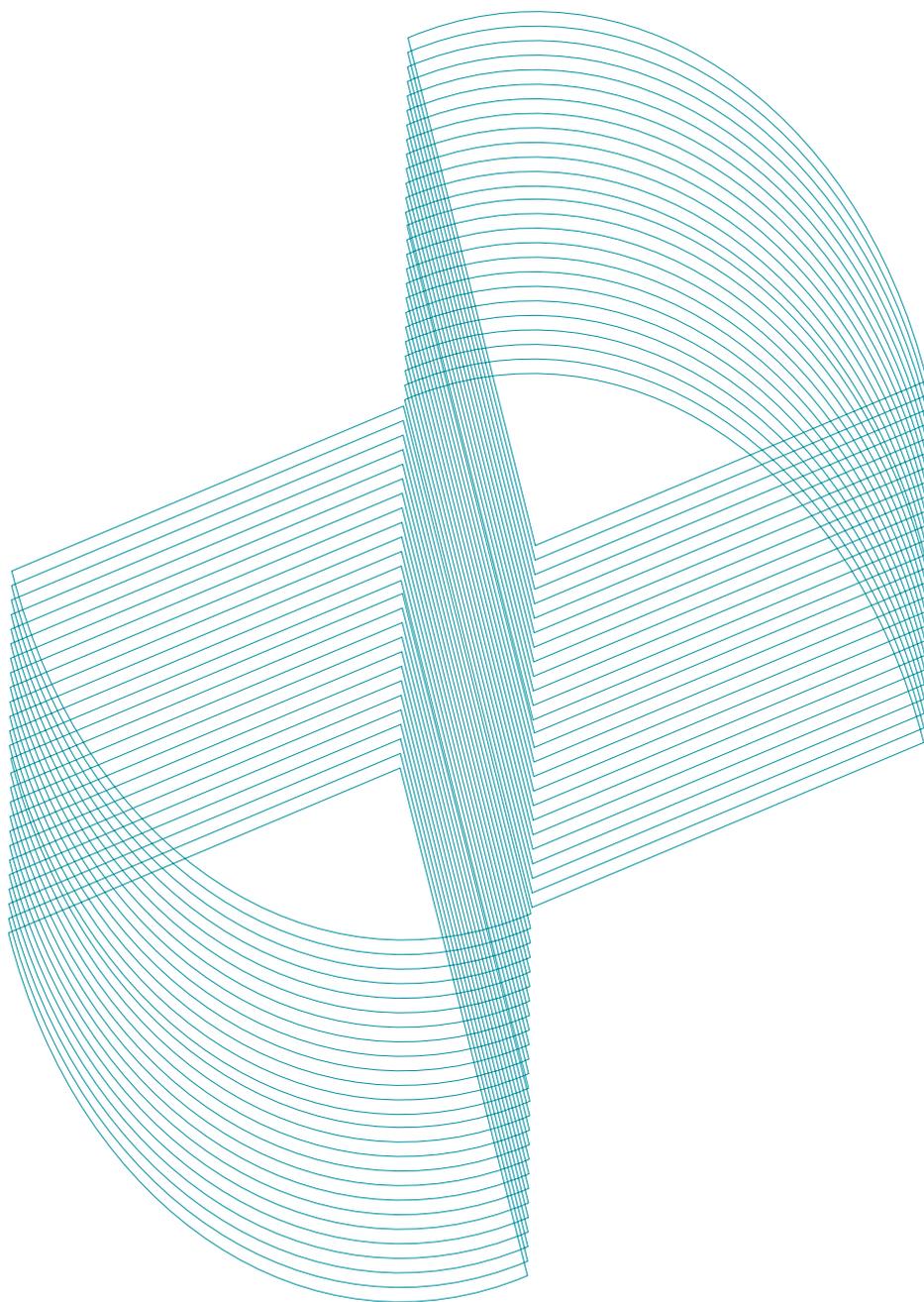
Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Índice

RELATÓRIO	5
FICHAS TÉCNICAS E DECLARAÇÕES	11
◆ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMA DO ESTADO	14
◆ AGRICULTURA	25
◆ CULTURA	31
◆ EDUCAÇÃO	36
◆ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	43
◆ JUSTIÇA	52
◆ PRESIDÊNCIA	59
◆ SAÚDE	64
◆ TRABALHO	71
◆ TURISMO	80
◆ HABITAÇÃO E URBANISMO	85
CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	89
ASSISTÊNCIA ÀS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	93
QUADRO ESTATÍSTICO	
NOTAS AO QUADRO ESTATÍSTICO	
QUADRO HISTÓRICO DAS REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS DA XI À XX CÚPULA	97
QUADRO DA CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA	105

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Relatório



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Relatório

A intensa agenda de reuniões ministeriais setoriais da Conferência Ibero-Americana teve início no dia 3 de junho com a celebração da **X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Agricultura** em Mar del Plata. Os Ministros da Agricultura, reunidos em torno do tema Educação e Agricultura para o Desenvolvimento Inclusivo, decidiram estabelecer acordos para aumentar a colaboração entre ministérios, em particular os ministérios da agricultura, educação, recursos hídricos, trabalho e meio ambiente, com a finalidade de melhorar as condições de vida das populações rurais, promover a agricultura familiar, garantir a sua segurança alimentar, favorecer o acesso aos sistemas educativos e a um trabalho digno e remunerado. Neste sentido, decidiram potencializar ações comuns que reforcem a formação agro-pecuária em todos os âmbitos e acordaram implementar iniciativas para a regionalização da formação que integra actualmente o Sistema Universitário e outros sistemas de formação agrícola. Resolveu-se realizar no segundo semestre de 2010 um Diálogo Rural Ibero-Americano sobre Educação, Agricultura e Territórios Rurais para o Desenvolvimento Inclusivo, que fará parte integrante desta agenda de colaboração entre os Ministérios.

A **XII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência** celebrada em Buenos Aires renovou o seu compromisso para a construção de sistemas integrais de protecção à infância e à adolescência adoptando medidas legislativas, políticas e práticas institucionais. A Conferência decidiu reforçar o Programa Ibero-Americano de Fortalecimento e Formação e Políticas de Infância, e solicitou à SEGIB que, neste âmbito, promova convênios de cooperação com organismos internacionais para facilitar o intercâmbio de boas práticas que permitam à Comunidade Ibero-Americana enfrentar estes desafios. Assim, os Ministros acordaram a implementação de uma plataforma virtual, alojada na Web institucional da SEGIB, que facilite o acesso e colocação à disposição destas experiências.

A **XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde**, celebrada em Buenos Aires nos dias 10 e 11 de junho, resolveu impulsionar uma agenda integrada de Saúde e Educação para a inclusão social e acordou a realização de ações conjuntas para fomentar o impulso da formação de recursos humanos. Propôs-se o estabelecimento de um Programa Ibero-Americano de Cooperação que facilite o intercâmbio de experiências e ofereça apoio às Escolas Promotoras de Saúde que integram a Rede da Organização Mundial da Saúde na Região. Decidiu-se colocar em ação um trabalho conjunto

entre os Ministérios da Saúde e da Educação, universidades e instituições de formação, para implementar mecanismos que potenciem a formação adequada dos recursos humanos da saúde. Por fim, os Ministros resolveram realizar, com o apoio da SEGIB, uma análise estratégica do funcionamento das Redes Ibero-Americanas da Saúde.

A **XII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado**, celebrada em Buenos Aires nos dias 1 e 2 de julho, permitiu aos 18 países participantes alcançar acordos sobre a promoção de metodologias para diagnosticar o grau de implantação da Carta Ibero-Americana da Função Pública e da Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública. Acordaram igualmente promover ferramentas, como o Marco Ibero-Americano de Interoperatividade e um Modelo de Software público, para impulsionar a Carta Ibero-Americana de Governo Electrónico. Decidiu-se impulsionar o intercâmbio das boas práticas nas administrações públicas dando um apoio decidido aos Prêmios Nacionais e ao Prêmio Ibero-Americano para a Qualidade adaptado à gestão pública administrado por FUNDIBEQ. Assim, a Conferência acordou o Programa Académico 2010-2012 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) e debateu acerca do tema central desta cúpula, Educação para a Inclusão Social, considerando necessário promover a eficácia da gestão pública através da formação dos seus funcionários.

O **XIV Fórum Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Habitação e Desenvolvimento Urbano** celebrado nos dias 2 e 3 de setembro em Buenos Aires, na Argentina, convocou 15 países ibero-americanos que acordaram dar a máxima prioridade a que as ações de habitação em áreas urbanas formem parte de programas integrais que assegurem à sua volta equipamentos públicos, especialmente edifícios educacionais.

A **X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo**, realizada nos dias 2 e 3 de setembro em Córdoba, Argentina, com o tema "Turismo, Educação e Inclusão Social", acordou continuar a trabalhar na sensibilização e consciencialização da importância do turismo como ferramenta de reactivação económica e de estímulo das economias nacionais e locais da Ibero-América. Decidiram igualmente continuar os esforços para a criação da Rede Ibero-Americana de Formação em Turismo e constituiu-se um grupo formado por Argentina, Brasil, Costa Rica, Espanha e Paraguai, com o objetivo de elaborar um projeto que viabilize a concretização da referida Rede. Resolveu-se ainda impulsionar o conceito de sustentabilidade na educação, formação e prática turística "a fim de favorecer a harmonia do homem com a natureza", incentivando, por sua vez, a promoção das novas tecnologias e práticas inovadoras que permitam elevar os actuais níveis de competitividade do setor.

A **XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)**, que se celebrou em Lisboa, Portugal, durante os dias 9 e 10 de setembro, girou em torno da “Participação dos Cidadãos na era do Governo electrónico: Educação para a Cidadania e Inclusão Digital”. Os ministros acordaram reforçar a cooperação, informação e coordenação na área do Governo electrónico no espaço ibero-americano. Assim, acordou-se a recolha de informação sobre programas, ações e boas práticas na área da simplificação, modernização administrativa e inclusão digital levados a cabo em diversos países ibero-americanos, com o fim de desenvolver projetos de cooperação de interesse comum, cujo exercício será coordenado pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).

Com relação ao Programa de Cooperação Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), os ministros apoiaram as ações desenvolvidas, valorizaram positivamente a realização do Programa académico “Formulação e Avaliação das Políticas Públicas e Inovação” realizado no ano de 2009 e encomendaram ao Programa IBERGOP a elaboração do Programa académico 2011 sobre o tema “Sistemas de monitorização e avaliação de Políticas Públicas e Programas de Governo dos “Centros de Governo”.

A **XIII Conferência Ibero-Americana de Cultura** teve lugar nos dias 11 e 12 de setembro em Buenos Aires e congregou ministros de 19 países. Os ministros analisaram a criação de um fundo para promover a música na região, tal como estabeleceram os ministros no último Congresso Ibero-Americano de Cultura celebrado em julho na Colômbia, o “Acordo das Músicas”, uma iniciativa que surgiu no 3º Congresso da região, que prevê, entre outros pontos, a criação de um comité permanente de trabalho, a constituição de um Mercado Comum Ibero-Americano da Música, a criação do Fundo Ibero-Americano de Cooperação para a Música e a formação de um Portal de Músicas Ibero-Americanas. A Carta Cultural Ibero-Americana, o projeto Cúpulas, um programa de educação artística e cultural para a região, e a cultura como ferramenta de inclusão social são outros dois temas que foram tratados.

Os ministros da Educação da Ibero-América reunidos em Buenos Aires, na segunda-feira, 13 de setembro na **XX Conferência Ibero-Americana de Educação**, debateram e reflectiram em torno do Projeto Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários. A reflexão abordou a necessidade e importância de que as Metas 2021 passem a formar parte substantiva dos Projetos Nacionais de cada país da região, e que sejam assumidas de acordo com a sua realidade. De igual modo, destacou-se que a educação e os seus avanços constituem a melhor política económica e social para os países, e que as Metas 2021 reforçam e consolidam a nossa

Comunidade Ibero-Americana. A Conferência concluiu com a aprovação do Projeto Metas Educativas 2021, que será elevado à XX Cúpula de Mar del Plata, destacando o apoio unânime que se deu a este trabalho. Em conformidade, aprovou-se a criação do Instituto de Avaliação e Seguimento das Metas 2021 e do Conselho.

O **II Foro Ibero-americano de Ministros de Trabalho** celebrou-se na cidade de Buenos Aires nos dias 7 e 8 de outubro, com o lema “Trabalho decente e Educação para a Inclusão Social”. Os ministros debateram em torno de quatro eixos de trabalho: o desenvolvimento com trabalho decente e inclusão social (o rol da educação e a formação profissional); modelos produtivos; inovação e tecnologia (educação e aprendizado ao longo da vida); os atores do mundo do trabalho face ao trabalho decente; a educação para a inclusão social; a cooperação ibero-americana e as redes (avanços na construção da Rede Ibero-americana de Inspeção do trabalho). Os ministros analisaram os desafios da crise e a necessidade de implementar políticas que permitam articular os vários modelos produtivos e a inovação e a tecnologia como desafios para a educação e aprendizado ao longo da vida. Finalmente, foi tratada a questão dos atores do mundo do trabalho face à educação, a cooperação ibero-americana e a visão estratégica na construção do espaço regional.

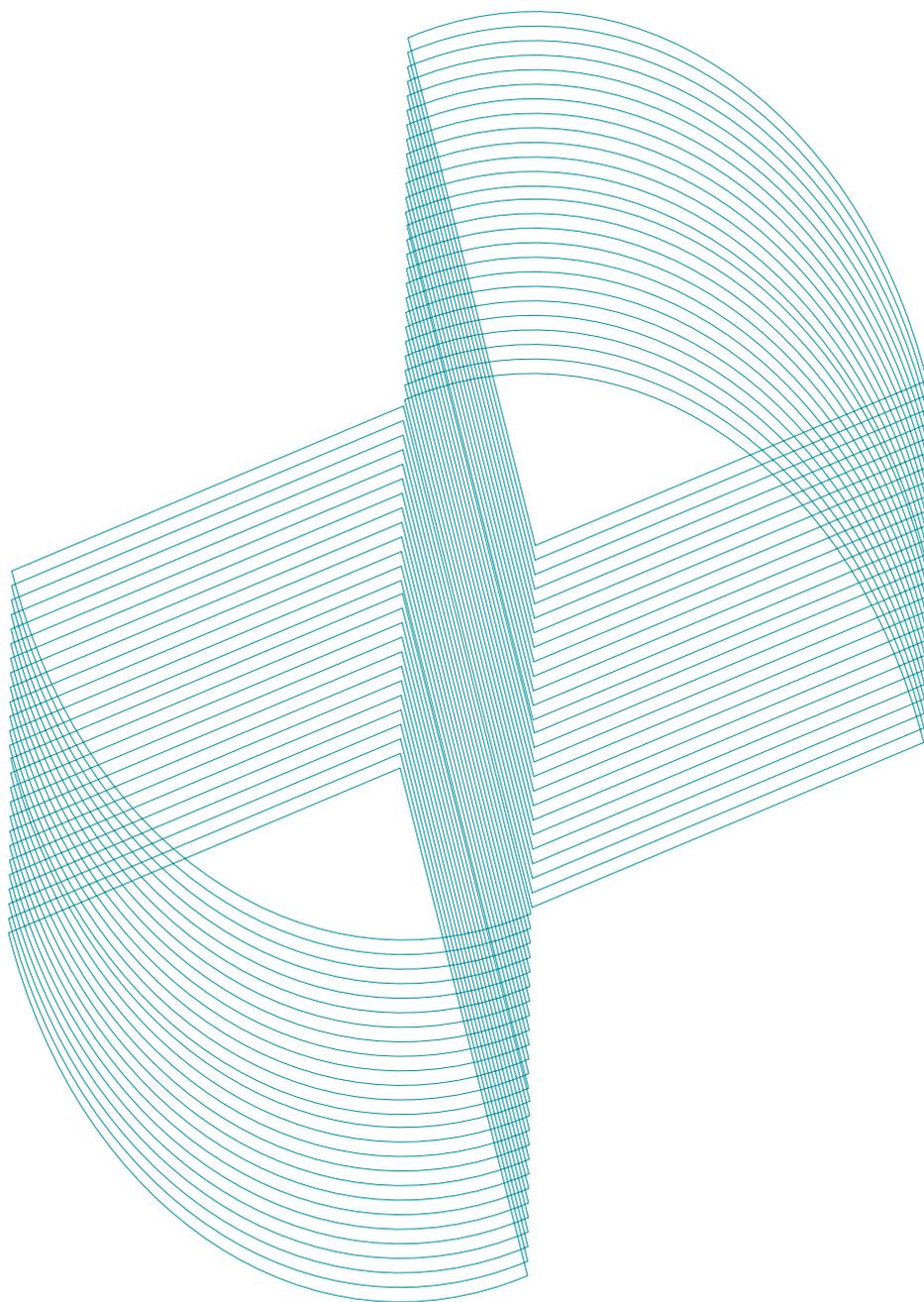
A **XVII Conferência de Ministros de Justiça** de Ibero-américa teve lugar na cidade de México nos dias 21 e 22 de outubro de 2010, organizada pela COMJIB, com o apoio e a colaboração da Procuradoria-Geral da República do México. Contou com a participação de 17 países. Nela foi aprovado o texto do Acordo Ibero-americano sobre a utilização da Videoconferência na cooperação jurídica entre sistemas de justiça, bem como o Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça; ambas as duas iniciativas foram elevada à Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, no primeiro caso para assinatura e no segundo para aprovação.

Os Ministros aprovaram varias Recomendações referidas à luta contra o crime organizado, a promoção dos Direitos Humanos dos grupos vulneráveis e a modernização dos processos.

Na reunião foram fixados como eixos centrais do trabalho da COMJIB para o próximo biênio: o acesso à Justiça, as reformas do sistema penitenciário, a modernização da Justiça e a luta contra o crime organizado. Também apoiaram o início da implementação do Portal Ibero-americano de Justiça Eletrônica, bem como o desenvolvimento do Observatório de Justiça Ibero-americano e o trabalho desenvolvido por IberRed.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Fichas Técnicas e Declarações





Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Fichas Técnicas e Declarações

- ◆ Administração Pública e Reforma do Estado
- ◆ Agricultura
- ◆ Cultura
- ◆ Educação
- ◆ Infância e Adolescência
- ◆ Justiça
- ◆ Presidência
- ◆ Saúde
- ◆ Trabalho
- ◆ Turismo
- ◆ Habitação e Urbanismo

Ficha Técnica Administração Pública e Reforma do Estado 2010

Conferência:	XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado		
Secretaria Pro-Tempore: Secretaría de la Gestión Pública			
Contacto:	Patricia Mancuello	Website:	www.sgp.gov.ar
Cargo:	Coordinación de Cooperación Internacional	Endereço:	Av. Roque Sáenz Peña 511 C1035AAA - Buenos Aires Argentina
E-correio:	pmancuello@sgp.gov.ar		
Telefone:	(54-11) 54343 9001 (int. 188)		
Secretaria Técnica: CLAD - Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento			
Contacto:	Julio César Fernández Toro	Website:	www.clad.org.ve
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço:	Calle Herrera Toro, Quinta CLAD Las Mercedes Apartado Postal 4181 / 1010-A Caracas, Venezuela
E-correio:	clad@clad.org.ve		
Telefone:	(58-212) 992 4064 / 3297 / 5953 (58-212) 993 7277 / 9104		
Fax:	(58-212) 991 8427		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	XII Conferência, Buenos Aires (Argentina), 1-2 julho		
2009:	X Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador), 26-27 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
EIAPP - Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas			

XII Conferência Ibero-Americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado

Buenos Aires, Argentina, 1-2 julho 2010

CONSENSO DE BUENOS AIRES

- ◆ Educação para a Inclusão Social
- ◆ Metodologias para o Diagnóstico da Implantação da Carta Ibero-americana da Função Pública
- ◆ Metodologias para o Diagnóstico da Implantação da Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública
- ◆ Ferramentas para Impulsionar a Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico:
- ◆ Marco Ibero-americano de Interoperabilidade
- ◆ Modelo Ibero-americano de Software Público para o Governo Eletrônico
- ◆ Programa Acadêmico 2010-2012 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)
- ◆ Resoluções e Acordos

Os Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 1 e 2 de julho de 2010 em Buenos Aires, República Argentina, sob a iniciativa do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), com o respaldo e a coorganização do Governo da Argentina, e o apoio do Governo da Espanha e da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), reuniram-se na **XII Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado**, a fim de deliberar sobre:

a **Educação para a Inclusão Social**, tema de base da “XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo”.

a promoção de metodologias para diagnosticar o grau de implantação da **Carta Ibero-americana da Função Pública**

o impulso de um sistema de acompanhamento do avanço na implantação da **Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública**

a promoção de **ferramentas para impulsionar a Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico**:

- ◆ **Marco Ibero-americano de Interoperabilidade**
- ◆ **Modelo Ibero-americano de Software Público para o Governo Eletrônico**
- ◆ **Programa Acadêmico 2010-2012 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)**

visando incrementar as capacidades institucionais necessárias para garantir a governabilidade democrática, a consecução dos objetivos de desenvolvimento com inclusão, justiça e equidade, promovendo a educação para a inclusão social, bem como a continuidade dos preceitos contidos nas Cartas Ibero-americanas da Função Pública, de Qualidade e de Governo Eletrônico; e as atividades de formação da EIAPP.

Houve consenso nas considerações enunciadas abaixo, convencionando que serão apresentadas na XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada nos dias 3 e 4 de dezembro do 2010 em Mar del Plata, República Argentina.

Educação para a Inclusão Social

Os países ibero-americanos enfrentam o desafio de consolidar modelos de crescimento econômico que aprofundem a equidade e a inclusão social. A educação é um veículo fundamental para a consecução desses objetivos.

O desenvolvimento de sistemas educacionais que promovam sociedades igualitárias e plurais, inclusivas e democráticas só é possível no marco de planos educacionais sistêmicos.

Para tanto, a efetividade da gestão pública, na capacitação dos agentes públicos e no desenvolvimento e implementação de políticas, processos e tecnologias, resulta um eixo fundamental.

Metodologia para o Diagnóstico da Implantação da Carta Ibero-Americana da Função Pública

O aprofundamento e a consolidação da democracia nas sociedades ibero-americanas implicam abordar múltiplas áreas de melhoria dos acordos institucionais existentes nos Estados nacionais. Conseguir uma função pública profissional e eficaz é um dos âmbitos institucionais que devem ser fortalecidos entre sistemas nacionais de serviço civil diversos e heterogêneos, portanto, não devem ser desconhecidas as evidentes diferenças que os diferentes pontos de partida apresentam quanto ao conteúdo, amplitude e intensidade das reformas necessárias em cada caso nacional.

Sete anos depois da aprovação da Carta Ibero-americana da Função Pública, surge a necessidade de diagnosticar regionalmente sua implantação a fim de revisar as estratégias e ações que conduzem à consolidação de uma função pública profissional na Ibero-américa, orientada pelos parâmetros propostos. A Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado resulta ser a instância regional idônea para ajustar, sob os princípios de cooperação e solidariedade, a metodologia requerida para analisar o nível de desenvolvimento dos serviços civis ibero-americanos, constituindo uma oportunidade para que, a partir da experiência acumulada nestes anos de trabalho, seja possível conseguir sinergias que permitam conseguir os objetivos da Carta Ibero-americana.

Em concordância com o acima exposto, os Ministros, e os Chefes e as Chefas de Delegação consideraram uma proposta de metodologia para continuar e diagnosticar o grau de implantação da Carta Ibero-americana da Função Pública nos países da Ibero-américa, a fim de realizar periodicamente diagnósticos institucionais correspondentes aos Estados da Ibero-américa. Esses diagnósticos permitiriam a elaboração de estudos analíticos comparados do desenvolvimento dos princípios da Carta no conjunto da comunidade ibero-americana. Os resultados dos referidos estudos serão apresentados nas reuniões da Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado como insumo para o desenho e aprovação de políticas e ações regionais que visem fortalecer a profissionalização da função pública na Ibero-américa.

Os Ministros e as Ministras, e os Chefes e as Chefas de Delegação se comprometeram a impulsionar o estudo da metodologia para o diagnóstico e acompanhamento da implantação da Carta Ibero-americana da Função Pública e a fornecer a informação que for necessária e de conformidade com ela.

Estratégias para Implantar a Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública e Desenho de uma Metodologia para Avaliar seus Avanços

Reconhecendo que o Estado é um instrumento indispensável na Ibero-américa para enfrentar e resolver os grandes desafios da região, - a consolidação e o aprofundamento da democracia, a necessidade de retomar o crescimento econômico, a luta contra a pobreza e a redução da desigualdade social, garantindo a inclusão social —, os Ministros e as Ministras de Administração Pública e de Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação consideraram a urgência de melhorar a gestão pública impulsionando a implantação dos princípios e orientações da Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública.

Com a finalidade de recuperar a capacidade das Administrações Públicas Ibero-americanas como instrumentos úteis e efetivos ao serviço do bem comum ou interesse geral de suas respectivas sociedades, os Ministros e as Ministras, e os Chefes e as Chefas de Delegação estabeleceram como estratégias para implantar a Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública: 1. a adoção de processos e de ferramentas de autoavaliação institucional nos entes e órgãos dos Estados ibero-americanos; 2. a adoção de prêmios setoriais, nacionais e regionais às práticas promissoras ou boas práticas nas administrações públicas; 3. o respaldo e a promoção decidida aos Prêmios Nacionais e ao **Prêmio Ibero-americano à Qualidade** adaptado à gestão pública que a FUNDIBEQ administra.

De conformidade com a Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública, que assinala que os Estados estabelecerão os mecanismos que considerarem convenientes para avaliar o avanço em sua implementação, discutiram uma proposta metodológica para realizar uma avaliação inicial dos avanços na implementação da Carta. A realização periódica, a partir do ano 2012, de diagnósticos institucionais nos Estados ibero-americanos e de estudos analíticos comparados do avanço dos conteúdos da Carta, permitirá à Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado contribuir para desenhar e aprovar políticas e ações regionais destinadas a consolidar uma cultura idônea de gestão da qualidade nas administrações públicas ibero-americanas. Para tanto, realizar-se-á um desenho definitivo e as adequações necessárias da metodologia para otimizar o acompanhamento e a avaliação da implantação da Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública em função da informação que forneçam os governos ibero-americanos e os avanços que sejam verificados.

Por último, considerou-se conveniente a elaboração de uma proposta de Prêmio Regional de Práticas Promissoras ou Boas Práticas com o objeto de promover e destacar as melhores práticas e exemplos na implementação de qualidade na gestão pública.

Ferramentas para Impulsionar a Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico

Em virtude do impacto que na atualidade o emprego das tecnologias da informação e a comunicação possuem sobre o desenvolvimento das sociedades, já que sua utilização por parte dos governos pode significar um resultado positivo na gestão pública, a Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico reconhece o direito dos cidadãos de se relacionarem eletronicamente com as administrações públicas para facilitar sua participação e fazer com que elas sejam mais transparentes, eficazes e eficientes. A Carta também promove com os mesmos propósitos a construção de uma sociedade de informação e conhecimento, inclusiva, centrada nas pessoas e orientada ao desenvolvimento.

Perante tais considerações, os Ministros e as Ministras de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação, conscientes do papel insubstituível dos Estados para garantir a universalização a toda a população e a continuidade dos serviços eletrônicos e o fortalecimento da democracia, apóiam a adoção dos princípios e orientações da Carta Ibero-americana por parte dos Estados da região, para o qual decidiram desenvolver políticas e ferramentas que estabeleçam a interoperabilidade das comunicações e serviços, bem como que promovam o uso de Software Público nas administrações públicas. Nesse sentido consideraram as propostas sobre um Marco Ibero-americano de Interoperabilidade e de um Modelo Ibero-americano de Software Público para o Governo Eletrônico.

◆ Marco Ibero-americano de Interoperabilidade

Com o objetivo de conseguir uma gestão pública mais eficiente e de estabelecer parâmetros de colaboração entre as Administrações Públicas, a Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico destaca a necessidade de considerar a interoperabilidade das comunicações e serviços que tornam possível o Governo eletrônico.

Os Ministros e as Ministras e os Chefes e as Chefas de Delegação expressam a necessidade de adotar o documento “Bases para uma Estratégia Ibero-americana de Interoperabilidade” que ordena a produção de conhecimento em termos de interoperabilidade e que constitui um guia para que os Estados ibero-americanos possam discutir, desenhar e decidir políticas de cooperação regional neste âmbito.

Como resultado da referida Estratégia, o Marco Ibero-americano de Interoperabilidade deverá definir alguns fundamentos básicos que, uma vez que forem aprovados coletivamente, facilitarão que os Governos e Administrações Públicas da região, seja qual for o seu nível e tipo de relação, possam colaborar no uso das tecnologias da informação e das comunicações para melhorar seu desempenho, oferecer novos serviços públicos ou reforçar os processos de governo das políticas públicas que envolvem dois ou mais Estados. Por isso, e partindo da existência de realidades socioeconômicas divergentes, desenvolvimentos tecnológicos diversos e vontades políticas de colaboração variáveis, o Marco definirá um guia de atuação para que os países ibero-americanos possam observar e seguir suas diretrizes gerais e avancem na integração de seus sistemas tecnológicos, semânticos e organizativos.

◆ Modelo Ibero-americano de Software Público para o Governo Eletrônico

O Modelo de Software Público contribui para a consecução dos objetivos principais da Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico, isto é, melhorar a gestão pública e conseguir uma sociedade da informação e do conhecimento inclusiva, centrada nas pessoas e voltada para o desenvolvimento, de acordo com as realidades e necessidades de cada país.

O Software Público se sustenta em antecedentes similares aos países ibero-americanos, que convivem com problemas comuns de bases legais para a disponibilização do software, de criação de um procedimento uniforme para a liberação do bem à sociedade, e de definir com exatidão as soluções que deverão ser enquadradas em uma política pública. Se os antecedentes forem comuns, os benefícios atingidos pela experiência brasileira podem conseguir os mesmos resultados positivos em todos países.

É por isso que os Ministros e as Ministras e os Chefes e as Chefas de Delegação recomendam a promoção do Modelo de Software Público como mecanismo colaborativo de criação e disponibilização de software entre os Estados da Ibero-américa, que sem dúvida contribuirá para a criação de sinergias, além de facilitar o desenvolvimento de soluções orientadas a atender as necessidades de nossa região.

Programa Acadêmico 2010-2012 da Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP)

Na qualidade de membros do Conselho Diretivo da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), máxima autoridade desta Instituição, é aprovada a proposta do Programa Acadêmico 2010-2012 que atenderá parcialmente as necessidades atuais da Ibero-américa em termos de formação de diretivos públicos, de conformidade com as orientações da “Carta Ibero-americana da Função Pública”, do “Código Ibero-americano de Bom Governo”, da “Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico” e da “Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública”; cujo conteúdo reflete as resoluções e recomendações adotadas por seu Conselho Acadêmico Assessor, reunido em Santo Domingo, República Dominicana em maio do presente ano, como é a atualização das áreas temáticas estratégicas e a incorporação de novas metodologias para otimizar o impacto das atividades acadêmicas executadas.

Resoluções e Acordos

Os Ministros e as Ministras e de Administração Pública e Reforma do Estado, e os Chefes e as Chefas de Delegação dos países ibero-americanos, reunidos nos dias 1 e 2 de julho de 2010 em Buenos Aires, República Argentina, por ocasião da XII Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, decidimos:

1. Aprovar as considerações formuladas em torno do tema de base da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo sobre **“Educação para a Inclusão Social”**.
2. Aprovar as orientações da **“Metodologia para o Diagnóstico da Implantação da Carta Ibero-americana da Função Pública”** nos Estados da Ibero-américa, encomendar ao CLAD a coordenação das consultas e contribuições para sua consolidação, a fim de continuar e conhecer o grau de implementação da Carta.

3. Aprovar as estratégias e enfoques metodológicos contidos na proposta de **“Metodologias para o Diagnóstico da Implantação da Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública”**, que foi tratada pela Conferência de Ministros para o desenvolvimento de ferramentas concretas para esse objetivo.
4. Aprovar o impulso das estratégias previstas nos documentos analisados pela Conferência Ministerial: **“Bases para uma Estratégia Ibero-americana de Interoperabilidade”** e **“Modelo Ibero-americano de Software Público para o Governo Eletrônico”**, visando conseguir a implantação da Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico na região.
5. Aprovar a **“Programação Acadêmica 2010-2012 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas”** e encarregar sua execução ao CLAD.
6. Encarregar ao CLAD a realização, em conjunto com os Estados Ibero-americanos, dos desenhos, desenvolvimentos e adaptações que em diante servirem para otimizar a aplicação das estratégias, metodologias e ferramentas consideradas pela Conferência de Ministros para promover, continuar e conhecer a implantação das Cartas Ibero-americanas de Função Pública, Qualidade na Gestão Pública e Governo Eletrônico. Também, requerer ao CLAD que, a partir de 2011, realize periodicamente diagnósticos institucionais nacionais e elabore, sobre sua base, estudos analíticos comparados do desenvolvimento dos princípios da Carta Ibero-americana da Função Pública, e de maneira similar, que a partir de 2012 faça o necessário com os avanços nacionais da Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública. Por último, solicitar ao CLAD que os resultados dos estudos comparativos sejam expostos nas reuniões da Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado para desenhar e aprovar políticas e ações regionais destinadas a consolidar a implantação das referidas Cartas Ibero-americanas.

7. Encaminhar uma mensagem à XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, assinalando a importância de que a referida Cúpula respalde e apóie as Resoluções ajustadas pela XII Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, enquanto impulsionam as políticas, estratégias e ferramentas que possibilitem avançar na educação com inclusão social e impulsionar o desenvolvimento das Cartas Ibero-americanas de Função Pública, Qualidade e Governo Eletrônico, e o Programa 2010-2012 da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) como instrumentos essenciais para o fortalecimento e a modernização da gestão pública na Ibero-américa.
8. Solicitar à Secretaria Pro-Tempore da XX Cúpula Ibero-americana que submeta à consideração dos Chefes de Estado e de Governo as resoluções acima.

Também ajustamos:

1. Expressar o reconhecimento e parabenizar o Governo da Argentina, através da Chefia de Gabinete de Ministros da Presidência da Nação, pela excelente coordenação da Conferência, por sua generosa contribuição que fez possível a realização desta Conferência, bem como por sua proverbial hospitalidade, e suas contribuições ao clima de confraternidade ibero-americana que caracterizaram esta reunião.
2. Expressar o reconhecimento e agradecimento ao Governo da Espanha por seu apoio continuado para a realização destas Conferências.
3. Aceitar com prazer o oferecimento do Governo da República do Paraguai, sede da XXI Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, para constituir a sede da XIII Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, como já é tradição.
4. Agradecer e parabenizar a Secretaria Geral do CLAD pela preparação e convocação da XII Conferência de Ministros, e lhe encarregar a realização das ações de coordenação necessárias com o Governo da República do Paraguai para organizar e realizar a XIII Conferência Ministerial correspondente ao ano 2011.

- 
5. Encarregar ao CLAD as ações necessárias para cumprir com as anteriores decisões e solicitar que continue promovendo e facilitando regionalmente os processos de Reforma do Estado e de melhoria da gestão pública na Ibero-américa.
 6. Agradecer a colaboração da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) na organização desta XII Conferência.

Ficha Técnica Agricultura 2010

Conferência:	X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Agricultura		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca			
Contacto:	Andrea Gerbaldo	Website:	http://www.minagri.gob.ar
Cargo:	Área Bilaterales Dirección de Relaciones Agroalimentarias Internacionales (Rel. Bilaterales)	Endereço:	Av Paseo Colón 922- PB Of. 33 Buenos Aires Argentina
E-correio:	agerba@minagri.gob.ar		
Telefone:	(54 11) 4349 2277/2707		
Fax:	(54 11) 4349 2244		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	X Conferência, Mar del Plata, (Argentina), 4 junho		
2009:	IX Conferência, Salinitas (El Salvador), 17 setembro		
2008:	VIII Conferência, Santiago de Compostela (Espanha), 25-27 setembro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Econômicos			
PROTERRITORIOS Programa Ibero-americano de Cooperação em Gestão Territorial			

X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Agricultura

Mar del Plata, Argentina, 4 junho 2010

Nós, os Ministros de Agricultura e Chefes de Delegações, reunidos na X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura, celebrada no Hotel Costa Galana da cidade de Mar del Plata, no dia 4 de junho de 2010, cujo tema é *“Educação e Agricultura para o Desenvolvimento Inclusivo”*,

Considerando:

1. Que nas Cúpulas mundiais sobre Alimentação da FAO de 1996 e 2002 e na Cúpula do Milênio de 2000, os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a contribuir para a redução do percentual de pessoas que padecem fome no mundo para o ano 2015, a erradicação da pobreza e a melhoria das condições de vida do meio rural.
2. Que na Cúpula Mundial de Segurança Alimentar da FAO, realizada no ano 2009 foi aprovada a reforma do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, organismo central das Nações Unidas, para estabelecer os âmbitos que permitam implementar as políticas para que todas as pessoas tenham acesso físico, social e econômico a alimentos inócuos e nutritivos suficientes para satisfazer suas necessidades e preferências alimentares e apoiar as políticas de desenvolvimento agrário dos países e que, nesse sentido, declara ...“que os alimentos não devem ser utilizados como instrumento de pressão política e econômica...”, “... bem como a necessidade de se abster de adotar medidas unilaterais que não estejam de acordo com o Direito Internacional e com a Carta das Nações Unidas e que coloquem em perigo a segurança alimentar...”.
3. Que a “IV Reunião do Grupo de Trabalho da Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025”, celebrada em Quito, em março de 2010 tem como objetivos contribuir a erradicar a fome e garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os habitantes dos países da região e que nas reuniões mantidas durante 2010 instou os países a articularem políticas que facilitem a consecução desses objetivos.
4. Que a IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura expressou seu beneplácito com a proposta de um programa de cooperação em gestão territorial, hoje formalmente constituído como o Programa Ibero-americano de Cooperação em Gestão Territorial, PROTERRITORIOS.

5. Que na IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura se recomendou à SEGIB considerar a realização do Diálogo Rural Ibero-americano, como um mecanismo que produza informação e nutra as decisões dos ministros, e que a SEGIB acordou com o Programa PROTERRITORIOS, incluir esta atividade em seu plano de ação, com a aprovação de seu Comitê Intergovernamental.
6. Que a Cúpula sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra realizados em Tiquipaya, Bolívia, ter determinado a integração dos diferentes países, o respeito aos direitos da Mãe Terra para garantir a segurança e a soberania alimentar para todos os povos do mundo.
7. Que a crise internacional tem apresentado novos desafios, instando os países a criarem programas e políticas públicas, bem como projetos que ponham ênfase no desenvolvimento inclusivo para atingir sociedades mais justas e equilibradas.
8. Que a crescente demanda de alimentos em nível mundial constitui um desafio para a nossa região, já que o mundo nos vê como atores principais no fornecimento de alimentos ao mundo.
9. Que as áreas rurais de muitos países ibero-americanos são as que apresentam os mais altos índices de pobreza e que a grande parte dos pequenos produtores, jovens, mulheres e crianças dessas áreas e povos originários se deve dar a possibilidade de se integrar aos processos de um desenvolvimento equitativo, social, ambiental e economicamente sustentável.
10. Que um desenvolvimento integral e sustentável dos nossos territórios rurais é um instrumento de inclusão social, de conservação dos recursos naturais não renováveis, de uso adequado dos recursos renováveis e de desenvolvimento das cadeias até o mercado com agregado de valor em origem.
11. Que o alcance integral da inclusão social nos países ibero-americanos, expresso através da vontade política, deve se constituir em eixo de compromisso compartilhado para a integração e inserção dos mais desfavorecidos ao conjunto da sociedade.
12. Que a educação é um fator decisivo no desenvolvimento dos povos e de seus territórios, e constitui um direito essencial, universal e inalienável das pessoas.

13. Que o conjunto dos Conhecimentos, a Ciência e a Tecnologia Agrícola, de um lado, e as políticas e programas integrados dos setores agropecuário e educacional, do outro, têm um papel fundamental na consecução dos objetivos de desenvolvimento e sustentabilidade com inclusão social e têm contribuído e contribuem para alcançar níveis aceitáveis de segurança alimentar dos nossos países.
14. Que a educação agropecuária em suas modalidades formais -através dos níveis médio e universitário do sistema educacional- ou não formais (processos de desenvolvimento de capacidades, extensão, formação para o trabalho, dentre outros) é uma ferramenta essencial para vincular a população rural a seu território, criar valor agregado em origem, garantir sua segurança alimentar, desenvolver tecnologia, promover a capacidade organizacional e diferentes modalidades associativas dos atores do meio rural e fortalecer suas instituições.
15. Que a educação agropecuária, as políticas agropecuária e de trabalho, o financiamento setorial e a promoção de investimentos devem vincular-se estreitamente exigindo o compromisso e o trabalho mancomunado entre organismos públicos e privados, transformando-se em verdadeiras políticas de Estado.
16. Que os processos de integração e a cooperação sem condicionamento, têm um papel fundamental na criação do contexto adequado para o desenvolvimento dos povos da Ibero-américa.
17. Que se preste atenção ao resgate da cultura alimentar e nutricional da região estimulando hábitos alimentares saudáveis para contribuir à busca da soberania e da segurança alimentar.

Acordamos:

Elevar à XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo as seguintes propostas alcançadas pela X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura -X CIMA-:

1. Estabelecer acordos para aumentar a colaboração entre ministérios (de agricultura, educação, recursos hídricos, trabalho, meio ambiente e outros), visando a melhorar as condições de vida da população rural, promover a agricultura familiar, garantir a sua segurança alimentar, favorecer o acesso aos sistemas educacionais e a um trabalho digno e bem remunerado.

2. Desenhar políticas e programas em forma conjunta e desenvolver projetos que favoreçam o desenvolvimento com inclusão social da população rural.
3. Potencializar as ações que revalorizem os processos produtivos inclusivos que contemplem as heterogeneidades locais e os saberes ancestrais, respeitosos da equidade distributiva e economicamente viáveis, numa convivência equilibrada com a produção agroalimentar de grande escala.
4. Fortalecer as relações entre a educação agropecuária formal e não formal no âmbito da agricultura familiar, incluindo os aspectos de certificação de experiências em comunidades rurais.
5. Reforçar a articulação entre universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas agropecuárias e os diversos atores do meio rural -associações de produtores, grupos com maior vulnerabilidade social- visando a integrar eficientemente a atenção às populações e aos diversos atores.
6. Instrumentar ações para regionalizar a formação que oferecem atualmente o Sistema Universitário e outros sistemas de capacitação agrícola, com o objetivo de aproveitar as capacidades instaladas e o nível acadêmico alcançado pelos países da região, visando a que tais sistemas constituam um instrumento apto para integrar os setores rurais.
7. Apoiar a realização do Diálogo Rural Ibero-americano no segundo semestre de 2010 sobre "Educação, Agricultura e Territórios Rurais para o Desenvolvimento Inclusivo", como parte da agenda dos Ministérios (para propiciar acordos de ação entre os países da região e elevar recomendações que complementem esta declaração).
8. Fortalecer, através de iniciativas e programas nacionais e de cooperação internacional e inter-regional, a integração dos conhecimentos, a ciência e a tecnologia agrícola, para que contribuam efetivamente ao desenvolvimento sustentável e à inclusão da população rural em seus territórios, estendendo o acesso da população rural à educação agropecuária formal e informal, e facilitando o uso da tecnologia da informação e das comunicações.
9. Elevar à consideração dos Chefes de Estado e de Governo a proposta do Programa "Mestrado para as Américas" (Mestrado em Ensino Agropecuário) que é ministrado na Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires em processo de tramitação perante a SEGIB.

- 
10. Receber as conclusões e as recomendações dos Fóruns Técnicos realizados com o tema “Educação e Agricultura para o Desenvolvimento Inclusivo” e propor sua inclusão na agenda da XX Cúpula Ibero-americana.
 11. Expressar solidariedade aos povos e governos das Repúblicas do Haiti e do Chile pelos desastres naturais ocorridos em ambos os países no presente ano e promover e aprofundar espaços comuns de assistência e cooperação técnica.
 12. Realizar a XI Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura no ano 2012.
 13. Agradecer aos organismos internacionais, regionais e subregionais e à Secretaria Geral Ibero-americana o apoio oferecido para o desenvolvimento desta Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura.
 14. Agradecer ao Governo da Argentina a organização desta Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura e a acolhida oferecida aos participantes.

Ficha Técnica Cultura 2010

Conferência:	XIII Conferência Iberoamericana de Cultura		
Secretaría Pro-Tempore: Ministerio de Cultura			
Contacto:	Mónica Guariglio	Website:	www.sgp.gov.ar
Cargo:	Dirección Nacional de Política Cultural y Cooperación Internacional	Endereço:	Av. Alvear 1690 [C1014 AAQ] Buenos Aires Argentina
E-correio:	cooperacioninternacional@cultura.gov.ar mbarsanti@cultura.gov.ar		
Telefone:	{54 11} 4129 2490 / 2561		
Secretaria Técnica: OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura			
Contacto:	Álvaro Marchesi - Secretário-Geral Fernando Vicario	Website:	www.oei.es
Cargo:	Coordinador de Cultura	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
E-correio:	fvicario@oei.es		
Telefone:	{34-91} 594 4382		
Fax:	{34-91} 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora División Reuniones Ministeriales Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	{34-91} 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	{34-91} 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	XIII Conferência, Buenos Aires (Argentina), 11-12 setembro		
2009:	XII Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
2008:	XI Conferência, São Salvador (El Salvador), 22-23 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
ADAI Apoio ao desenvolvimento de arquivos ibero-americanos (Programa)			
IBERESCENA Apoio à construção do espaço cênico ibero-americano (Programa)			
IBERMEDIA Apoio à construção do espaço audiovisual ibero-americano (Programa)			
IBERMUSEOS Integração e desenvolvimento de museus ibero-americanos (Programa)			
IBERORQUESTRAS (Programa)			
PICBIP Desenvolvimento de bibliotecas públicas dos países ibero-americanos (Programa)			
RADI Rede de arquivos diplomáticos ibero-americanos (Programa)			
RILVI Repertório integrado de livros à venda na região ibero-americana (Programa)			

Declaração

XIII Conferência Ibero-Americana de Cultura

“Cultura e Inclusão social”

Buenos Aires, Argentina, 11-12 setembro 2010

Os Ministros, as Ministras, e as altas autoridades da Cultura da Ibero-América, reunidos em Buenos Aires nos dias 11 e 12 de setembro, no âmbito da XX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar nos dias 3 e 4 de dezembro em Mar del Plata, Argentina, cujo tema é “A Educação para a Inclusão Social”.

Acordamos:

- Agradecer e parabenizar o governo da Colômbia e o Ministério da Cultura, o governo da cidade de Medellín, o seu Alcaide, a SEGIB e os outros organizadores pelo sucesso do III Congresso Ibero-Americano de Cultura, sob o tema “Música da Ibero-América”, e apoiar a Secretaria da Cultura da Nação Argentina para a celebração do IV Congresso na cidade de Mar del Plata, Argentina 2011, sob o lema “Cultura, Política e Participação Popular”
- Saudar o projeto “Metas Educativas 2011. A educação que queremos para a geração dos Bicentenários” que a Conferência de Ministros de Educação Ibero-Americana apresentará para ser aprovada na próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo.
- Agradecer a apresentação do documento “Um projeto cultural para a década dos bicentenários. O desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-Americana”, e promover debates públicos sobre seu conteúdo em nível nacional e regional e apresentar à SEGIB e à OEI, no primeiro trimestre de 2011, as observações de cada país para a consolidação do documento.
- Impulsionar as atuações de cada país que visam o desenvolvimento cultural e o fortalecimento do espaço Cultural Ibero-Americano.
- Encarregar à SEGIB e à OEI o estudo e concretização em 2011 de um plano estratégico para a colaboração de empresas e instituições privadas no financiamento dos projetos culturais, inscritos em políticas públicas.

- Solicitar à SEGIB e à OEI que analisem, desenhem e impulsionem a criação de um Fundo Solidário de Cooperação Cultural que complete os esforços regionais para o desenvolvimento cultural.
- Ratificar a agenda de trabalho para o Fomento das Músicas Ibero-Americanas assinada em Medellín devido ao terceiro Congresso Ibero-Americano de Cultura e estimular o comité de trabalho para que desenvolva conjuntamente com a SEGIB e com o apoio da OEI os pontos referidos nesse acordo. Aceitar o oferecimento da República do Chile para organizar uma Reunião Técnica deste Comité de Trabalho no final de março do ano 2011.
- Tomar nota dos relatórios sobre o estado dos Programas “Cúpula” de Cooperação Cultural; Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB), Ibermedia, Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI), Ajuda ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (ADAI), Fórum Ibero-Americano de Responsáveis Nacionais de Bibliotecas Públicas (PICBICIP), Repertório Integrado de Livros à Venda na Ibero-América (RILVI), Iberescena, Ibermuseos e Iberorquestas.
- Reconhecer os avanços no programa Iberoorquestas Juvenis e apoiar com entusiasmo a iniciativa do México para realizar apresentações em dezembro da Orquestra Juvenil Ibero-Americana do Bicentenário, em primeira instância no âmbito da XX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e do Governo de Mar del Plata – Argentina, e posteriormente em alguns países da região.
- Congratular-se pela aprovação do sistema de cotas diferenciadas na XIX Cúpula Ibero-Americana de Estoril - Portugal, decisão que estimula o ingresso de mais países aos programas Ibero-Americanos de cultura e permite aprofundar a cooperação sul-sul.
- Solicitar à SEGIB, em coordenação com os Responsáveis de Cooperação e aos Coordenadores Nacionais que continuem com o trabalho de acompanhamento e aperfeiçoamento dos Programas de cooperação cultural, enfatizando a aplicação de cotas diferenciadas: a adesão de mais países; a procura de fontes alternativas de financiamento, a profissionalização das unidades técnicas e a transformação dos modelos de gestão segundo as necessidades e parâmetros vigentes no Manual para a Cooperação Ibero-Americana.

- Exortar a SEGIB para que em colaboração com todos os Ministérios de Cultura e com as áreas respectivas das Chancelarias dos países, dê continuidade ao seu Programa de Política, Gestão e Diplomacia Cultural a fim de coadjuvar a inserção definitiva da cultura nas relações internacionais, tanto a partir da óptica diplomática como no aspecto de cooperação horizontal e saudar suas novas linhas de trabalho, pomes culturais e Cultura, Inclusão e Coesão Social.

- Apoiar a continuidade dos programas de cooperação cultural que a OEI está a desenvolver no âmbito da Cultura, especialmente os que se referem a:
 - ACERCA, de formação e capacitação de gestores culturais em cooperação com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).
 - Educação Artística, Cultura e Cidadania.
 - Observatório Ibero-Americano da Cultura.
 - Mobilidade de artistas e criadores

- Saudar a apresentação do programa Iberrutas, da Secretaria de Cultura da Nação Argentina cujo propósito é contribuir à promoção da diversidade cultural na Ibero-América conformando um espaço comum para a protecção dos direitos dos migrantes a partir de uma perspectiva intercultural, e apoiar seu desenvolvimento e execução.

- Parabenizar ao Brasil pela realização do II Encontro Afro-Latino e Caribenho, em maio de 2010, na cidade de Salvador – Bahia, no âmbito da Agenda Afro-descendente nas Américas lançadas pela SEGIB. Reforçar, ainda, a necessidade da promoção e a implementação da agenda Afro-descendente, aprofundando, a partir das experiências nacionais, o processo de reflexão e troca de conhecimentos sobre o tema e a participação ativa das populações afro-descendentes nos processos de construção política, desenvolvimento cultural e sócio-econômico de seus países.

- Saudar a apresentação do Equador do projeto Centro Cultural Ibero-Americano “Capilla del Hombre” através da obra artística e do legado patrimonial do mestre equatoriano Oswaldo Guayasamín e solicitar à SEGIB e à OEI apoiar na constituição de um fundo Ibero-Americano para a criação de tal centro, espaço que fomentará a integração e revalorização das manifestações culturais da região.

- Acolher com interesse a proposta da Espanha de criar, no âmbito dos bicentenários, um Centro Internacional de Culturas Indígenas que mergulhem na realidade histórica passada e presente que as conformam e que sirva de plataforma de preservação, divulgação e reflexão sobre os valores culturais e sociais que lhes são próprios.
- Saudar o México pela organização do próximo Encontro Ibero-Americano de Educação Artística e Cultura a ser realizado de 6 a 8 de outubro próximos como culminação de dois anos de trabalho e catorze encontros nacionais dos países membros de nossa comunidade e manifestar o nosso apoio para a ótima realização do mesmo.
- Encomendar à SEGIB, e à OEI e à Secretaria de Cultura da Nação Argentina a integração de um catálogo de boas-práticas em políticas nacionais em Cultura e Inclusão Social, como insumos para a definição dos conteúdos do IV Congresso Ibero-Americano de Cultura de maio de 2011 e para o Programa de trabalho que nesse sentido desenvolve a divisão de cultura da SEGIB.
- Saudar em 2011 o XL Aniversário do Centro Regional para o Fomento do Livro e a Leitura na América Latina, o Caribe, a Espanha e Portugal (CERLALC) e manifestar o apoio ao processo de avaliação do Programa de Cooperação em Matéria de Bibliotecas Públicas (PICBIP) a cargo da SEGIB e do CERLALC para a reformulação de tal Programa.
- Solicitar ao Programa de Cooperação TEIB que em sua nova plataforma WEB-TV introduza um canal especializado na emissão de eventos culturais Ibero-Americanos, da mesma forma, instamos a contribuir, a partir do âmbito áudio-visual ao debate e ao desenvolvimento do projeto cultural para a década dos bicentenários.
- Agradecer à Comissão Relatora e seu coordenador, o Ministro da Costa Rica, pelo trabalho realizado para esta Declaração.
- Agradecer à Secretaria de Cultura da Nação Argentina, à SEGIB e a OEI a organização desta Conferência.

Ficha Técnica Educação 2010

Conferência:	XX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Educación			
Contacto:	Miguel Vallone	Website:	www.me.gov.ar
Cargo:	Dirección Nacional de Cooperación Internacional	Endereço:	Pizzurno 935 C1020ACA Buenos Aires Argentina
E-correio:	mvallone@me.gov.ar		
Telefone:	(54 11) 4129 1152 / 1156		
Secretaria Técnica: OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura			
Contacto:	Álvaro Marchesi Secretário-Geral	Website:	www.oei.es
Cargo:	Diretor-Geral de Concertação e Desenvolvimento	Endereço:	Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha
E-correio:	secretaria.general@oei.es		
Telefone:	(34-91) 594 4382		
Fax:	(34-91) 594 3286		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Divisão Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	XX Conferência, Buenos Aires (Argentina), 13 setembro		
2009:	XIX Conferência, Lisboa (Portugal), 25-26 junho		
2008:	XVIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 19-20 maio		
Atividades de cooperación asociadas - Área responsable SEGIB: División de Asuntos Sociales			
PIA Plano Ibero-americano de Alfabetização (Programa)			
EIC Espaço Ibero-americano de Conhecimento			
TEIB Televisão Educativa e Cultural Ibero-americana (Programa))			
Virtual Educa Projeto de capacitação virtual (Projeto Adscrito)			
Segundo Tempo (Iniciativa)			
Pablo Neruda Mobilidade Acadêmica (Programa)			

XX Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Educação

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

Os Ministros da Educação dos países membros da Comunidade Ibero-Americana, reunidos na cidade de Buenos Aires, da República Argentina, no dia 13 de setembro de 2010, com motivo da XX Cúpula Ibero-Americana, cujo lema é “Educação com inclusão social”,

Consideramos:

1. Que a educação é o instrumento decisivo para o desenvolvimento, a luta contra a pobreza, a defesa de direitos fundamentais e a coesão social, mais ainda quando integra políticas inclusivas.
2. Que o nosso compromisso em favor da educação e da inclusão, bem como para as políticas públicas nessa matéria, precisa do apoio do conjunto das nossas sociedades para tornar possível sua universalização em condições de qualidade e equidade.
3. Que a educação e a inclusão, objetos de interesse e atenção por parte das Cúpulas Ibero-Americanas, oferecem a possibilidade de articular, em momentos de celebração dos Bicentenários das Independências, um projeto de futuro em favor de gerações mais cultas e mais livres na nossa região.
4. Que o programa “Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, produto do esforço realizado pelos Ministérios da Educação de todos os países e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), contribuirá estrategicamente a enfrentar os desafios pendentes do século XX, principalmente no campo da alfabetização e educação básica de jovens e de adultos, do acesso à educação e da qualidade do ensino, e aos desafios do século XXI, especialmente no que diz respeito à inovação, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à incorporação na sociedade da informação e do conhecimento.
5. Que as valiosas contribuições surgidas nos debates, reuniões e seminários realizados em torno de tal projeto, bem como as propostas formuladas por amplos setores sociais e educacionais para preparar o Congresso Ibero-Americano de Educação, têm permitido formular o referido projeto com o maior apoio social e político.

Acordamos:

1. Reafirmar que a educação é um bem público e um direito social que deve ser protegido e garantido por todos os Estados Ibero-Americanos. Do mesmo modo, ratificar que o acesso equitativo e oportuno a uma educação de qualidade é essencial para toda a sociedade.
2. Enfrentar o desafio da inclusão social avançando na implementação de estratégias educacionais que considerem a participação dos diversos setores da sociedade, a flexibilidade dos sistemas educacionais, o incremento do investimento em educação, bem como o desenvolvimento de ferramentas que preparem nossos jovens para enfrentar sua incorporação no mundo do trabalho, da cidadania, e da convivência humana, respeitando a diversidade cultural, étnica, e de gênero.
3. Garantir a inclusão educacional através de políticas universais e de estratégias pedagógicas e de alocação de recursos que concedam prioridade aos setores mais desfavorecidos da sociedade.
4. Reconhecer o direito a receber uma educação em valores que contemple a solidariedade, a paz, o exercício da sexualidade responsável, o respeito aos direitos humanos e a formação democrática para que cada menino, menina e jovem desdobre seu potencial intelectual, emocional e social.
5. Consolidar as redes e espaços do conhecimento em nível sub-regional, regional e internacional que favoreçam a cooperação interuniversitária e a mobilidade acadêmica e dêem impulso às transformações encaminhadas a reafirmar a missão das universidades em novos contextos, oferecendo maiores opções para os estudantes e possibilitando respostas mais adequadas às demandas sociais.

Do mesmo modo, valorizar os progressos realizados para o reconhecimento acadêmico dos períodos de estudo no âmbito do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), e o papel que nisso tem desempenhado o Fórum Ibero-Americano de Responsáveis de Educação Superior, Ciência e Inovação na promoção de um Acordo Marco e o impulso de convênios bilaterais nesse âmbito.

6. Reconhecer o Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, como a estratégia de política educacional e de financiamento da educação com alcance regional, com o objetivo de alcançar sistemas educacionais inclusivos que garantam o desenvolvimento social e econômico de Ibero-América promovendo sua difusão e socialização.
7. Aprovar, em consequência, o Programa “Metas 2021; a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, programa já proposto pelas Cúpulas Ibero-Americanas de El Salvador e Lisboa, nos termos de desenvolvimento, custos, sistema de avaliação e compromisso acordados pelos Ministérios da Educação ibero-americanos.
8. Comprometer-nos para dar cumprimento ao Programa Metas 2021, investir mais e melhor em educação durante os próximos dez anos para alcançar, no ano 2021, um gasto público regional que torne possível o cumprimento do programa de acordo com sua formulação e previsão de custos.
9. Respeitar e reforçar os compromissos assumidos em torno ao incremento dos orçamentos em educação nos nossos países frente à atual situação de crise financeira mundial, entendendo que tal investimento é fundamental para garantir o cumprimento do programa Metas 2021.
10. Acordar a criação de um Fundo Solidário de Cooperação Educacional de caráter voluntário, visando a ajudar os países e regiões menos favorecidos no cumprimento das metas que sejam consideradas prioritárias em cada caso e encomendar à OEI a apresentação em 2011 de uma proposta sobre a coordenação e funcionamento desse Fundo.
11. Encomendar à SEGIB e à OEI que desenvolvam ações que levem à mobilização de recursos econômicos adicionais para dar cumprimento aos objetivos do Programa Metas 2021, principalmente no que diz respeito ao Fundo Solidário de Cooperação Educacional de caráter voluntário, criado para complementar os esforços dos países que têm maiores dificuldades para o cumprimento das metas.

12. Ratificar a formulação de Metas 2021 aprovada pela Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Educação celebrada em Lisboa, em 23 de abril de 2009, cujas onze metas gerais são as seguintes:

- Reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educadora.
- Incrementar as oportunidades e a atenção educacional da diversidade de necessidades do alunado.
- Aumentar a oferta de educação inicial e potencializar seu caráter educacional.
- Universalizar a educação primária e a educação secundária básica e ampliar o acesso à educação secundária superior.
- Melhorar a qualidade da educação e o currículo escolar.
- Favorecer a conexão entre a educação e o emprego através da educação técnico-profissional.
- Oferecer a todas as pessoas oportunidades de educação ao longo de toda a vida.
- Fortalecer a profissão docente.
- Ampliar o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento e fortalecer a pesquisa científica.
- Investir mais e investir melhor.
- Avaliar o funcionamento dos sistemas educacionais e do Programa Metas Educativas 2021

13. Solicitar à OEI que, junto com o esforço sustentado de cada um dos nossos países, e com o objetivo de tornar possível a conquista das principais Metas, promova a coordenação dos Programas de Ação Compartilhados mencionados no documento "Metas Educativas 2021. A educação que queremos para a geração dos Bicentenários". Nesse sentido, encomendamos à OEI que leve a cabo a formulação de tais Programas através de acordos locais, nacionais, regionais, bem como com a colaboração de outras organizações internacionais.

Os programas de ação compartilhados serão os seguintes:

- I. Programa de apoio à governabilidade das instituições educacionais, à consecução de pactos educacionais e ao desenvolvimento de programas, sociais e educacionais integrals.*
- II. Programa de atenção educacional à diversidade do alunado e aos coletivos com maior risco de exclusão.*
- III. Programa de atenção integral à primeira infância.*
- IV. Programa para a melhoria da qualidade da educação.*

- V. Programa de educação técnico-profissional*
- VI. Programa de educação em valores e para a cidadania.*
- VII. Programa de alfabetização e educação ao longo da vida.*
- VIII. Programa para o desenvolvimento profissional dos docentes.*
- IX. Programa de educação artística, cultural e de cidadania.*
- X. Programa para a dinamização do espaço ibero-americano do conhecimento.*

14. Acordar a criação do Instituto de Avaliação e Seguimento das Metas Educativas 2021 cuja responsabilidade corresponderá à OEI que, além de coordenar este programa com outros organismos nacionais e internacionais, elaborará um relatório, pelo menos a cada dois anos, para prestar contas perante a Conferência de Ministros da Educação e do conjunto da sociedade sobre o cumprimento das Metas Educativas 2021.

Tal Instituto terá um Conselho Reitor, dependente da Conferência de Ministros da Educação, que estará constituído pelas pessoas designadas para tais fins, de acordo com o critério dos Ministérios da Educação de cada país e que trabalhará com a informação oferecida por esses Ministérios

15. Aprovar a criação do Conselho Assessor das Metas Educativas 2021, cuja responsabilidade corresponderá à OEI, com a finalidade de favorecer a participação dos setores educacionais, sociais e produtivos no seguimento e desenvolvimento do Programa Metas Educativas 2021 e conhecer sua opinião sobre sua execução. A função principal do Conselho será emitir um relatório pelo menos a cada dois anos sobre o desenvolvimento do Programa Metas Educativas 2021 e o grau de cumprimento de seus principais objetivos.
16. Solicitar à SEGIB e à OEI que, no âmbito dos objetivos das Metas 2021, e de maneira específica da meta geral quinta, continuem elaborando um programa de cooperação ibero-americana na introdução das TIC's no sistema educacional, com o objetivo de difundir as diferentes experiências nacionais, avaliar as diferentes metodologias educacionais, promover a cooperação horizontal entre os países ibero-americanos e apoiar a formação dos educadores no uso das TIC's e apresentá-lo às conclusões da XX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo que terá lugar na cidade de Mar del Plata, em dezembro próximo.

17. Animar a Unidade Coordenadora do Espaço Ibero-Americano do Conhecimento (EIC), integrada pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), a reforçar os mecanismos de coordenação e a capacidade operacional, através da criação de um Escritório do EIC que contará com o apoio da OEI.
18. Solicitar à Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), à Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), junto à Associação Ibero-Americana da Educação a Distância (AIESAD), que avancem no desenho de um Projeto de Educação a Distância com o objetivo de reforçar e potencializar a educação inclusiva na região
19. Agradecer à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pela sua colaboração no processo de concretização e estudo de custos econômicos da proposta “Metas 2021” e solicitar a continuidade desse apoio, sempre no âmbito de suas atribuições e mandatos.
20. Elevar à XX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo a aprovação do Programa “Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários”, bem como o acordado a respeito dos Programas de Ação Compartilhados, o Fundo Solidário de Cooperação Educacional de caráter voluntário, o Instituto de Avaliação e Seguimento das Metas e o Conselho Assessor das Metas 2021.
21. Agradecer, finalmente, a cortesia e eficaz organização oferecidas pelo Ministério da Educação da República Argentina e pela OEI, por sua contribuição decisiva aos êxitos desta Conferência e à melhoria da educação de Ibero-América.

Ficha Técnica Infância e Adolescência 2010

Conferência:	XII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Desarrollo Social			
Contacto:	Ana María Cortés	Website:	www.desarrollosocial.gov.ar
Cargo:	Coordinadora, Dirección de MERCOSUR y Asuntos Internacionales	Endereço:	Avenida 9 de Julio 1925 - Piso 14º Buenos Aires Argentina
E-correio:	acortes@desarrollosocial.gov.ar		
Telefone:	(54 11) 4379 3765		
Fax:	(54 11) 4379 3012		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora Div. Reuniones Ministeriales Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995 /0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	XII Conferência, Buenos Aires (Argentina), 23-24 junho		
2009:	XI Conferência, Lisboa (Portugal) 19 junho		
2008:	X Conferência, São Salvador (El Salvador) 19 junho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão de Assuntos Sociais			
Formação em Políticas para a Infância (Programa) Fundo Ibero-Americano para o Desenvolvimento da Infância			

XII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência

Buenos Aires, Argentina, 23-24 junho 2010

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência dos Estados Ibero-americanos, reunidos na Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina, nos dias 23 e 24 de junho de 2010, no âmbito da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar durante os dias 3 e 4 de dezembro de 2010, cujo eixo temático é "Educação para a Inclusão Social".

Consideramos:

1. Que a vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança celebramos os avanços obtidos na região ibero-americana a partir de contar com um marco normativo que vincula intrinsecamente os Estados na geração, promoção e implementação de oportunidades que permitam a meninas, meninos e adolescentes a realização e exercício de seus direitos
2. Que a aplicação da mesma tem gerado mudanças substanciais nas leis e nas políticas públicas destinadas à infância, visando a promover a proteção integral das meninas, meninos e adolescentes, bem como de suas famílias e, portanto, garantindo o respeito, proteção e exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
3. Que a celebração dos Bicentenários das gestas emancipadoras e independentistas em vários de nossos países americanos, levamos a aprofundar o compromisso político e social de trabalhar coordenadamente, com visão integral e perspectiva de futuro para uma infância e adolescência ibero-americana verdadeiramente protagonista de nossa história e forjadores da identidade plural dos nossos povos.
4. Que, visando a promover a geração de uma cidadania plena, é necessário fomentar uma ativa cultura de participação e protagonismo da infância e da adolescência em todos os âmbitos a fim de fortalecer seu desenvolvimento pessoal, crescimento e bem-estar, promovendo e fomentando o respeito pela infância, a proteção de seus direitos sem nenhum tipo de discriminação e garantindo sua qualidade de vida.

5. Que nossos países têm incorporado em suas agendas nacionais e regionais a necessidade de aprofundar processos de desenvolvimento com inclusão social baseados no exercício de direitos, na justiça social, na equidade territorial e no respeito pelas particularidades sociais, culturais e de gênero.
6. Que a imposição de leis de efeito extraterritoriais e medidas unilaterais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas obstaculizam o desenvolvimento econômico e social dos países afetados, e em particular, o cumprimento efetivo dos direitos de meninos, meninas e adolescentes e as políticas para seu desenvolvimento pleno.
7. Que é necessário aprofundar a implementação de políticas ativas a fim de superar a profunda crise financeira e econômica que o mundo atravessa, com epicentro na Europa e Estados Unidos, e que ameaça a estabilidade econômica e social de nossos países, com o risco de afetar o investimento social.
8. Que, neste contexto de crise, incrementam-se os fluxos migratórios, gerando vulnerabilidade na situação dos migrantes impactando, muitas vezes, na unidade da família, pelo qual os Estados devem garantir a proteção dos Direitos Humanos dos migrantes e de suas famílias.
9. Que só um Estado presente, ativo e promotor de políticas públicas pode assentar as bases e garantir de maneira equitativa e na base do exercício de direitos e da redistribuição econômica, uma efetiva inclusão e integração social de suas comunidades.
10. Que só poderão ser superadas situações de exclusão através da geração de trabalho decente – conforme a definição da OIT-, a redistribuição da renda e o acesso a uma educação de qualidade, constituindo-se em eixos centrais para o efetivo exercício dos direitos de todas e todos, contribuindo desse modo a conseguir uma melhor qualidade de vida.
11. Que neste processo de desenvolvimento a educação tem um papel prioritário como ferramenta iniludível, facilitando o exercício de cidadania e contribuindo a constituir sociedades democráticas e participativas. Neste âmbito, o acesso a uma educação pública de qualidade e a permanência no sistema educacional são fatores necessários na construção de sociedades inclusivas e mais igualitárias.

12. Que existe uma forte coincidência nos governos da região sobre o impacto que as ações tendentes a fortalecer o desenvolvimento integral na primeira infância têm na melhoria das possibilidades de desenvolvimento afetivo, emocional, educacional e de inserção socio-trabalhista contribuindo a diminuir as brechas de desigualdade.
13. Que a aprovação, no âmbito das Nações Unidas das Diretrizes sobre as Modalidades Alternativas de Cuidado das Crianças, constitui um compromisso e um estímulo essencial a nossos países para avançar na elaboração de lineamentos e protocolos, bem como para o fortalecimento de práticas institucionais de respeito dos direitos reconhecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança.
14. Que é necessário promover o fortalecimento dos organismos responsáveis pela aplicação das políticas dirigidas à infância e à adolescência em todos os âmbitos das políticas públicas, com o objetivo de dotar de efetividade ao sistema de proteção integral dos direitos.
15. Que as autoridades presentes reconhecem a necessidade de reforçar o funcionamento do Programa Ibero-americano de Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância aprovado pela XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, em Santiago do Chile no mês de novembro do ano 2007.

Decidimos:

1. Ratificar o papel central do Estado no estabelecimento de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida das meninas, meninos e adolescentes e ao exercício pleno dos seus direitos
2. Reiterar que os sistemas de proteção integral da infância e adolescência requerem de uma institucionalidade fortemente articulada e coordenada por entidades suficientemente facultadas, e de orçamentos públicos que contemplem o investimento na infância que de maneira efetiva e plena garanta seus direitos.

3. Reafirmar o papel da educação como um instrumento para o desenvolvimento integral e a inclusão social, colocando a ênfase no impacto que o exercício deste direito tem na promoção pessoal, familiar e comunitária, bem como na formação de uma cidadania plena e participativa e como elemento de prevenção de qualquer forma de violência contra meninas, meninos e adolescentes.
4. Garantir o direito a uma educação para nossos povos de caráter universal, gratuito, sem exclusões e baseada nos princípios de equidade, humanismo, complementaridade e solidariedade.
5. Fortalecer o papel da família e da comunidade como âmbitos primários de educação, compreendendo que é nesse espaço onde as meninas e meninos adquirem os vínculos e ferramentas mais importantes para facilitar sua inclusão e identidade socio-educacional e um desenvolvimento pessoal.
6. Promover o direito de meninas, meninos e adolescentes à participação em espaços de reflexão e de desenvolvimento de políticas públicas para garantir de forma universal o direito a uma educação inclusiva e de qualidade, e à proteção contra a violência.
7. Garantir, neste sentido, o sustentamento do investimento social em infância e adolescência que torne efetivo e não menos cabe o usufruto e exercício pleno dos direitos reconhecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança.
8. Promover ações que garantam a acessibilidade dos meninos, meninas e adolescentes aos meios de comunicação, visando a que se constituam em sujeitos ativos do ato comunicativo, em resguardo do direito à informação e à liberdade de expressão, impulsionando a criação de instrumentos que ampliem a presença de sua voz no cenário público constituído pelos serviços de comunicação audiovisual e que contribuam à difusão de seus desenvolvimentos culturais, artísticos e educacionais.

9. Aprofundar os esforços tendentes a garantir o direito de meninas, meninos e adolescentes ao acesso a diferentes fontes de informação, promovendo medidas legislativas para protegê-los daquelas que sejam nocivas, garantindo um tratamento respeitoso de sua imagem, intimidade e dignidade nos meios de comunicação.
10. Avançar em políticas públicas integrais que promovam e fortaleçam o desenvolvimento na primeira infância, reconhecendo o impacto que a estimulação nestas primeiras etapas de desenvolvimento cognitivo, motor e relacional das meninas e dos meninos, tem no aumento de suas possibilidades e capacidades em etapas posteriores.
11. Alentar o aprofundamento dos esforços governamentais para elaborar lineamentos e protocolos que tornem efetivas as Diretrizes sobre as Modalidades Alternativas de Cuidado das Crianças garantindo o interesse superior da criança e procurando sua permanência, enquanto for possível, em seu âmbito familiar e comunitário.
12. Impulsionar e implementar normas, políticas e ações que sejam necessárias visando a proteger as meninas, meninos e adolescentes de qualquer situação de violência reconhecendo que se trata de um fato multidimensional que exige respostas integrais e articuladas interinstitucionalmente no âmbito da Convenção sobre os Direitos da Criança e as Recomendações do Estudo Global das Nações Unidas sobre Violência contra a Infância.
13. Redobrar os esforços na prevenção e proteção dos meninos, meninas e adolescentes contra o tráfico e toda forma de exploração infantil.
14. Redobrar nossos esforços visando a trabalhar coordenadamente a agenda política e social desta Conferência depois da revisão realizada a dez anos da criação do Plano de Lima. Os temas identificados foram os seguintes: sistemas de proteção; violência; participação dos meninos, meninas e adolescentes em todos os âmbitos de sua vida cotidiana; proteção da infância nos fenômenos migratórios; articulação interna e intergovernamental; meios de comunicação e investimento social; sistema de direito penal juvenil; sistemas de informação para a tomada de decisões; desigualdades étnicas/diversidade (povos originários, afro-descendentes, migrantes); necessidade de visualizar a horizontalidade das políticas de meninos, meninas e adolescentes; conclusão do ciclo escolar; adaptação da escola às crianças de hoje; desinstitucionalização de meninos e meninas em situação de vulnerabilidade.

15. Promover a troca de experiências que permitam enriquecer nossas práticas e fortalecer nossas intervenções sociais consolidando a comunidade ibero-americana como um espaço privilegiado para a cooperação técnica entre os países e no qual se observe a solidariedade da região.
16. Solicitar à SEGIB que, no âmbito do Programa de Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância, aprovado pela XVII Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, em Santiago do Chile em novembro de 2007, promova convênios de cooperação e/ou financiamento com organismos internacionais, a fim de fortalecer a cooperação técnica entre os países da região, com o objetivo de possibilitar o intercâmbio de boas práticas que permitam à comunidade ibero-americana enfrentar os desafios, reforçando um dos componentes do Programa de Infância, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de meninos, meninas e adolescentes e suas famílias.
17. Convidar as agências nacionais de cooperação para que somem seus esforços visando a promover e assegurar a cooperação técnica horizontal entre os países da região.
18. Designar o Equador como sucessor do Chile na Secretaria Técnica do Programa Ibero-americano de Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância, estabelecendo um mecanismo de revezamento bienal para o exercício de tal função.
19. Solicitar à Secretaria Técnica do Programa Ibero-americano de Fortalecimento e Formação em Políticas de Infância que coordene a realização de pelo menos um encontro técnico por ano, aproveitando as instâncias acordadas na Agenda intergovernamental em matéria de Infância e Adolescência.
20. Incorporar informação sobre boas práticas no website que estará disponível a partir da segunda quinzena de julho no portal da SEGIB (www.segib.org) para o qual a Argentina é designada como ponto focal com a função de definir os critérios de alimentação do website a partir das contribuições de todos os países da região ibero-americana.

21. Propor a inclusão, na Declaração Final da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará nos dias 3 e 4 de dezembro de 2010, na cidade de Mar del Plata, sob o lema “Educação para a Inclusão Social”, do seguinte texto:

“As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência reunidos na Cidade Autônoma de Buenos Aires, manifestam seu compromisso em promover e afiançar a construção de sistemas integrais de proteção à infância e à adolescência adotando as medidas legislativas, políticas e práticas institucionais necessárias visando a dar cumprimento às obrigações assumidas em virtude da Convenção sobre os Direitos da Criança”.

Do mesmo modo, renovam seu compromisso com as políticas encaminhadas ao fortalecimento das famílias, âmbitos originários e essenciais na transmissão de valores culturais, familiares e comunitários a meninas, meninos e adolescentes, bem como fornecedora de ferramentas úteis para seu desempenho na vida autônoma”

Agradecemos:

Ao Fórum Ibero-americano das Organizações Não Governamentais, celebrado na Cidade Autônoma de Buenos Aires, nos dias 21 e 22 de junho de 2010, por suas contribuições e seu compromisso com as temáticas vinculadas à infância e à adolescência.

IV Fórum Ibero-americano de Meninas, Meninos e Adolescentes, celebrado em Buenos Aires, nas mesmas data, por sua ativa participação e compromisso com os assuntos inerentes aos seus direitos.

À Secretaria-Geral Ibero-americana por sua colaboração na organização desta Conferência.

Ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), à Organização Internacional para as Migrações, à Organização Pan-americana da Saúde, à Organização Internacional do Trabalho por sua participação nesta Conferência.

Por último, a XII Conferência Ibero-americana agradece à Secretaria Nacional de Infância, Adolescência e Família, que depende do Ministério de Desenvolvimento Social da Nação a organização deste encontro no qual se tem renovado o espírito comprometido da região em fazer deste mundo um lugar adequado para o desenvolvimento das futuras gerações.



As Ministras, Ministros e Altos Responsáveis de Infância e Adolescência dos Países Ibero-americanos subscrevemos a presente Declaração, em duas vias originais em espanhol e português, ambas do mesmo teor e forma, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, no dia 24 de junho de 2010.

Ficha Técnica Justiça 2010

Conferência:	XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos		
Secretaria País Sede: Procuraduría General de la República de México			
Contacto:	Guillermo Valls	Website:	www.pgr.gob.mx
Cargo:	Procuración General	Endereço:	Avenida Paseo de la Reforma 211 y 213 CP 06500 México, D.F.
E-correio:	gvals@pgr.gob.mx		México
Telefone:	(52-55) 534 61826		
Secretaria Técnica: COMJIB - Conferência de Ministros de Justicia de los Países Iberoamericanos			
Contacto:	Víctor Moreno Catena	Website:	www.comjib.org
Cargo:	Secretário-Geral	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	secretaria.general@comjib.org		
Telefone:	(34-91) 575 36 24		
Fax:	(34-91) 435 19 72		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora División Reuniones Ministeriales Setoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995 / 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010	XVII Conferência, México (México), 21-22 novembro		
2008	XVI Conferência, São José (Costa Rica), 18-19 setembro		
2006	XV Conferência, Las Palmas de Gran Canarias (Espanha) 28-29 setembro		
Atividades de cooperação associadas			
Área responsável SEGIB: Assessoria em Políticas Públicas e Fortalecimento Institucional			
IberRed	Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional/ www.iberred.org		

XVII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos México D.F., México, 21-22 outubro 2010

DECLARACIÓN DE MÉXICO

As Ministras e os Ministros da Justiça, representantes dos Ministérios da Justiça e os representantes das instituições homólogas dos países ibero-americanos, reunidos em México D.F. nos dias 21 e 22 de outubro de 2010, com o impulso da Secretaria-Geral da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB) e o apoio e colaboração da Procuradoria-Geral da República de México, constituídos na **XVII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos**,

Acordamos:

1. Agradecer à Procuradoria-Geral da República, à Secretaria de Relações Exteriores de México e à Secretaria-Geral da COMJIB pela eficaz organização da Conferência.
2. Apoiar a vontade do Ministério da Justiça do Chile para organizar a XVIII Conferência no ano 2012.
3. Aprovar o Relatório apresentado pelo Secretário-Geral, D. Víctor Moreno Catena, bem como o Relatório Financeiro da COMJIB.
4. Saudar a abertura da Sede da COMJIB em Buenos Aires, Argentina, e agradecer ao Governo argentino o seu apoio para o bom funcionamento da mesma.
5. Aprovar o texto do Acordo Ibero-americano sobre o Uso da Videoconferência na Cooperação Jurídica entre Sistemas de Justiça e seu Protocolo, para efeito de o submeter a assinatura e ratificação à Cimeira Ibero-americana dos Chefes de Estado e de Governo, que se celebrará em Mar del Plata, a 3 e 4 de dezembro de 2010.
6. Iniciar a implementação do Programa Ibero-americano de Acesso à Justiça, que se desenvolverá em colaboração com a SEGIB e fazer a proposta para a sua aprovação na próxima Cimeira Ibero-americana dos Chefes de Estado e de Governo, que se celebrará em Mar del Plata, a 3 e 4 de dezembro de 2010, com a adesão expressa dos Ministros da Justiça do Brasil, Chile, Equador, Espanha, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana.

7. Aprovar as seguintes Recomendações, como compromisso de impulsionar, no quadro legal de cada país, as adaptações e desenvolvimentos normativos que se entendam pertinentes para assegurar um quadro regional, bem como dar prosseguimento à sua implementação em cada um dos países, com o acompanhamento da Secretaria-Geral da COMJIB:
- a. Luta contra o crime organizado:
 - Recomendação relativa às normas mínimas e comuns para a sanção penal de associação ilícita.
 - Recomendação relativa às normas mínimas e comuns para a sanção penal de tráfico de drogas.
 - Recomendação relativa às normas mínimas e comuns para a sanção penal de lavagem de dinheiro/ branqueamento de capitais.
 - Recomendação relativa às normas mínimas e comuns para a sanção penal de tráfico de pessoas.
 - b. Promoção dos direitos humanos dos grupos vulneráveis:
 - Recomendação relativa ao acesso a direitos das pessoas privadas de liberdade na Ibero-América “Declaração de São José”.
 - Recomendação relativa à promoção e à protecção dos direitos humanos das pessoas menores de idade no quadro do processo.
 - Recomendação relativa à promoção e protecção dos direitos humanos das vítimas dos delitos no marco do processo.
 - c. Modernização dos processos:
 - Decálogo Ibero-americano para a Reforma Processual Penal.
 - Declaração relativa à Reforma do Processo Civil.
 - Recomendação sobre a celeridade do Processo Penal e Julgamentos Rápidos e Imediatos
8. Reconhecer a produção, pela Secretaria Geral da COMJIB dos seguintes documentos:
- Guia Tribunal Zero Papel
 - Modelo de Acordo de Transferência de Tecnologia entre países
 - Documento de Medidas Cautelares
 - Documento Modelos de Justiça Rápida
 - Guia de Mediação Juvenil
 - Documento estratégico (Livro Branco)
9. Saudar e apoiar o lançamento do Portal Ibero-americano de Justiça Electrónica e agradecer ao Ministério da Justiça de Portugal o apoio técnico que tem dado à Secretaria-Geral da COMJIB para o desenvolvimento do mesmo.

10. Declarar prioritárias, tomando como eixo transversal a protecção dos Direitos Humanos, as políticas públicas em matéria de acesso à justiça, reforma do sistema penitenciário, modernização da Justiça e, luta contra o crime organizado, incorporando nesta ultima linha estratégica, o ilícito penal do trafico de armas. Neste sentido, no quadro destas politicas, aprovar o Plano de ação 2011-2012 encomendando à Secretaria-Geral da COMJIB o seu impulso e execução.
11. Encomendar à COMJIB que actualize e impulse a aplicação dos Acordos assinados, com especial atenção ao Acordo sobre Comunicação de Antecedentes Penais e de Informação sobre Condenações Judiciais por Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas (Lisboa, 12 de outubro de 1984).
12. Impulsionar a colaboração com outros Organismos Internacionais que desenvolvem atividades em âmbitos relacionados com as linhas de trabalho definidas como prioritárias nesta Conferência, através dos instrumentos que sejam convenientes.
13. Impulsionar a implementacao de projetos específicos de carácter sub-regional, que promovam a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular, bem como de projetos bilaterais a requerimento dos países da região. Neste sentido, apoiamos que a COMJIB se constitua como entidade executora de projetos de cooperação para o desenvolvimento para os países que o solicitem, respeitando as competencias das unidades executoras nos ambitos subregionais.
14. Apoiar a criação do Conselho de Organismos Ibero-americanos (COIb), integrado pela SEGIB, a OEI, a COMJIB, a OISS e a OIJ. Apoiar a inserção da COMJIB no mesmo e apoiar esta proposta para a sua aceitação pela Cimeira Ibero-americana dos Chefes de Estado e de Governo.
15. Agradecer ao Governo da Espanha o seu apoio constante para tornar possível o início dos planos operativos desenvolvidos, particularmente no contexto actual de crise económica, o que se traduz em um reconhecimento ao importante esforço que a COMJIB vem desenvolvendo no âmbito da justiça Ibero-americana.
16. Apoiar os avanços em direcção a um Projeto "Fortalecimento institucional e Segurança jurídica no âmbito económico e social", valorizando a eventual colaboração de associações público-privadas no mesmo.

17. Fomentar a continuidade das tarefas iniciadas para o esboço e implementação de um programa integral para a prevenção das potenciais vítimas e contra o tráfico para fins sexuais ou laborais, potenciando o desenvolvimento do mesmo, a coordenação com o resto de instituições públicas competentes na matéria e a colaboração de parceiros estratégicos.
18. Apoiar a iniciativa “Interconexão Registral Ibero-americana (IRI)” apresentada pelo Ministério de Justiça de Espanha e a Ordem de Registadores da Espanha e solicitar à Secretaria-Geral da COMJIB que leve a cabo todas as ações necessárias relativas à mobilização de apoios financeiros para todos os países possam integrar o sistema, otimizando as potencialidades do Portal Ibero-americano de Justiça Electrónica.
19. Fomentar a implementação dos projetos que possam ser levados a cabo em colaboração com outras instituições, nomeadamente o Registo de primeira infância com a OEI, o apoio à implementação do COFJ no Equador e Apoio à Escola Penitenciária no Uruguai, ambos com apoio da AECID.
20. Felicitar o desenvolvimento do Observatório da Justiça no quadro da melhoria da página do site da COMJIB. No que se refere a esta iniciativa, promover a elaboração de relatórios periódicos baseados em indicadores e estatísticas, em colaboração com outras instituições, como o Estado da Região na América Central. Solicita-se à Secretaria-Geral potenciar o trabalho de fortalecimento da capacidade de gerar estatísticas fiáveis e harmonizadas nos países da região, em colaboração com outras instituições que trabalham com o mesmo objetivo, para o qual será possível procurar outras alianças estratégicas.
21. Felicitar pelas ações de coordenação que se levaram a cabo nos grupos de trabalho da COMJIB com a IberRede, já que este intercâmbio de experiências enriquece os projetos e produtos que impulsiona a COMJIB.
22. Apoiar os produtos de trabalho da IberRede, de especial menção: o Guia de Boas Práticas sobre Transferência de Pessoas Condenadas; o Guia Sobre o Uso da Videoconferência no âmbito civil e penal; os acordos conseguidos com a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado em matéria de Sequestro de Menores; a Estratégia 2010-2011 e folha de rota das Autoridades Centrais Ibero-americanas da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Multinacional, para uma melhor implementação deste instrumento; e a recente incorporação



das Autoridades Centrais Ibero-americanas da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção como membros da Rede. Recomenda-se a efectiva implementação dos trabalhos de cada um dos grupos em matéria penal e em matéria civil. O apoio político que possa requerer a Rede poderá ser considerado pelas Comissões Delegadas e Plenárias da Conferência, de acordo com a urgência com a que se requeira seu apoio para a sua rápida implementação ou reforço.

23. Felicitar a assinatura dos Memorandos de Entendimento com o Eurojust, em maio de 2009 e com a Rede Judicial Europeia em matéria penal, em junho de 2010. Estas ações vêm fortalecer decididamente o papel da IberRede comonexo entre dois modelos de cooperação, o ibero-americano e o europeu. Recomenda-se a sua efectiva implementação e a busca de alianças com outras redes da mesma natureza operativa que a IberRede, assim como fortalecer a relação da COMJIB com a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos e Fiscais (AIAMP).
24. Reconhecer a IberRede como uma ferramenta eficaz de cooperação para combater o crime organizado e reduzir os espaços de impunidade na região ibero-americana.
25. Reconhecer a importância do sistema seguro de comunicação que oferece a IberRede, o Iber@, para transmitir informação precisa com altos níveis de segurança, o que constitui um instrumento valiosíssimo para potenciar a cooperação jurídica internacional. Recomenda-se difundir e capacitar os membros da Rede sobre o uso e as potencialidades da IberRede e o Iber@.
26. Renovar os esforços para que todos os países da região adiram a moratória recomendada pela resolução 62/149 das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 2007, que determina que a pena de morte é contrária ao espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objetivo da sua abolição definitiva.
27. Eleger os Ministérios da Argentina, Brasil, El Salvador, Panamá e Uruguai como membros da Comissão Delegada.
28. Reeleger como Secretário-Geral a Dr. Víctor Moreno Catena e eleger Chile, Espanha, México e Portugal como Secretários-Gerais adjuntos.
29. Agradecer ao governo do Chile a sua disponibilidade para ser a sede da próxima reunião plenária.

30. Elevar a consideração dos Chefes de Estado e de Governo, reunidos em Mar del Plata, a 3 e 4 de dezembro de 2010, a aprovação dos seguintes parágrafos:

“Encomendar à COMJIB para que, em colaboração com a SEGIB, promova mecanismos de coordenação e ações com as instituições públicas do setor da segurança e da justiça com o objecto de fortalecer as políticas públicas de segurança cidadã, de cooperação jurídica internacional e a implementação dos instrumentos internacionais na matéria”.

“Solicitar à COMJIB que desenvolva ações para potenciar a melhoria da segurança jurídica no âmbito económico e comercial, bem como ações para a promoção de mecanismos de resolução de conflitos económicos e comerciais de carácter regional ibero-americano, em colaboração com a SEGIB”.

“Felicitar a implementação do Portal Ibero-americano de Justiça Electrónica”.

“Apoiar o importante papel da IberRede no impulso, implementação e desenvolvimento dos Acordos e Tratados Internacionais que permitam uma melhor cooperação jurídica no âmbito ibero-americano, bem como a coordenação entre os seus principais operadores jurídicos através de seus Pontos de Contacto e com outras Redes internacionais igualmente operacionais na luta contra o crime e a corrupção”.

31. Solicitar à SEGIB que eleve à próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, a presente Declaração.

32. Felicitar o Secretário-Geral e a sua equipa técnica pelo trabalho desenvolvido.

A presente acta é assinada em duplicado, nos dois idiomas, espanhol e português, na cidade do México, a 22 de outubro de 2010.

Ficha Técnica Presidência 2010

Conferência:	XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE)		
Secretaria País Sede: Ministério da Presidência			
Contacto:	Maria José Ribeiro	Website:	www.pcm.gov.pt
Cargo:	Chefe de Gabinete do Ministro da Presidência	Endereço:	Rua Prof. Gomes Teixeira, 8 1350-265 Lisboa Portugal
E-correio:	mariajrr@mp.gov.pt		
Telefone:	(351) 21 392 7853 / 4		
Fax:	(351) 21 392 7860		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdiretora Div. Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995 /0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010	XIII Reunião, Buenos Aires (Argentina), 9-10 setembro		
2008	XII Reunião, Montevideú (Urugua), 2-3 outubro		
2007	XI Reunião, São José (Costa Rica), 30-31 agosto		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Secretaria para a Cooperação			
IBERGOP Programa Ibero-Americano de Governo e Políticas Públicas (Programa)			

XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes

Lisboa, 9-10 setembro 2010

DECLARAÇÃO DE LISBOA

Os participantes na XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) reunidos na cidade de Lisboa nos dias 9 e 10 de setembro de 2010, no âmbito das atividades preparatórias e paralelas da XX Cimeira Ibero-Americana que se realizará na cidade Mar del Plata, na República da Argentina, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2010.

Realçando que a Rede, enquanto plataforma de cooperação e mecanismo de diálogo, é um espaço idóneo para partilhar experiências e conhecimentos no que respeita à relação existente entre governação e desenvolvimento e bem-estar dos povos.

Contando com o apoio e a colaboração prestada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-Americana e de coordenação e acompanhamento das reuniões ministeriais setoriais, entre as quais a RIMPE.

Consideramos

- Que os Governos devem facilitar o acesso e a compreensão das leis pelos cidadãos e caminhar para um modelo de Administração mais aberto, transparente e colaborativo, que permita responder de forma eficaz aos desafios económicos, sociais, culturais e ambientais que se colocam a nível mundial,
- Que este novo modelo deve aproveitar as potencialidades das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para transformar os procedimentos da Administração, a forma como esta decide, se organiza e presta serviços públicos,
- Que as políticas de administração electrónica e simplificação administrativa devem contribuir, de forma articulada, para o desenvolvimento de serviços públicos com mais qualidade, simplificando os procedimentos administrativos, tornando-os, assim, mais eficazes e mais próximos das necessidades dos cidadãos e das empresas. Desta forma, contribuir-

se-á para o aumento da confiança dos cidadãos nas administrações públicas e nos seus agentes, melhorando a competitividade dos países e racionalizando o funcionamento das administrações públicas,

- Que o desenvolvimento da administração electrónica deve garantir os princípios da protecção dos dados de carácter privado, permitindo o acesso e possível rectificação dos mesmos.
- Que esta mudança depende, cada vez mais, da colaboração entre os diferentes departamentos e níveis de Administração Pública e, também, entre Administrações de diferentes países, bem como do envolvimento dos cidadãos, das empresas e os dos seus representantes na definição das políticas e na prestação dos serviços públicos,
- Que a interoperabilidade entre os sistemas de informação dos diferentes serviços públicos facilita esta colaboração, em particular a criação de serviços integrados em função dos eventos de vida dos cidadãos e das empresas,
- Que o desenvolvimento de mecanismos de identificação e autenticação electrónica seguros são outra das condições para a mudança pretendida, destacando-se o seu papel na viabilização da desmaterialização de procedimentos e no fomento da utilização de serviços electrónicos,
- Que se reitera a importância dos programas de formação de funcionários públicos enquanto agentes fundamentais de mudança na Administração Publica,
- Que os objetivos do governo electrónico devem transcender a mera eficácia e eficiência dos processos de administração permitindo, também, alterações sociais, políticas e económicas em prol do desenvolvimento humano, igualdade de oportunidades e justiça social.

Acordamos

1. Solicitar à Secretaria-Geral Ibero-Americana que leve à consideração da XX Cimeira Ibero-Americana de Mar del Plata a presente “Declaração de Lisboa”.
2. Propiciar práticas de simplificação legislativa que contribuam para uma melhor aplicação das leis no espaço ibero-Americano e facilitem a participação dos cidadãos no processo de decisão.

3. Impulsionar programas que aliem a administração electrónica à simplificação administrativa com vista a tornar mais simples, rápidas e eficazes as interações dos cidadãos e das empresas com a Administração, reduzindo os custos de contexto e tempo para o exercício de atividades económicas e aumentando a eficiência da Administração Pública.
4. Partilhar experiências entre a comunidade ibero-americana relativamente à criação de serviços integrados em balcões únicos, físicos ou virtuais, organizados à medida dos cidadãos e das empresas.
5. Facilitar a partilha de experiências relativamente à implementação de formas de identificação electrónica e biométrica seguras e de mecanismos de interoperabilidade para o desenvolvimento de serviços electrónicos transfronteiriços, no espaço ibero-americano.
6. Articular a partilha de experiências de utilização das TIC para assegurar a transparência dos processos de decisão pública e para oferecer novas formas de participação democrática.
7. Promover políticas e práticas de inclusão digital e outros meios que facilitem o acesso aos serviços electrónicos, para que os cidadãos possam beneficiar das potencialidades das TIC em condições de igualdade e universalidade, de modo a assegurar a coesão social e territorial.
8. Apoiar as ações desenvolvidas pelo Programa de Cooperação Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP) e valorizar positivamente a realização do Programa académico "Formulação e Avaliação das Políticas Públicas e Inovação" realizado no ano de 2009.
9. Mandatar a SEGIB para proceder à recolha de informação sobre os programas/ações desenvolvidos pelos países membros da RIMPE nas áreas de: simplificação administrativa, desmaterialização de procedimentos, criação de empresas, assinatura electrónica segura, lojas de cidadão e inclusão digital, com o objetivo de identificar boas práticas e projetos concretos de cooperação,

Os membros da RIMPE comprometem-se a remeter à SEGIB, até 31 de janeiro de 2011, a informação necessária.

Para este efeito, a SEGIB poderá promover a criação de um grupo de trabalho intergovernamental para acompanhamento deste processo, o qual realizará a sua primeira reunião durante o primeiro trimestre de 2011.

10. Acolher a avaliação realizada pelo Conselho Acadêmico da IBERGOP dos Diplomados nos anos de 2008 e 2009, relativamente à modalidade de desenvolvimento das propostas académicas anuais.
11. Encomendar ao Programa IBERGOP a elaboração do Programa académico 2011 sobre o tema "Sistemas de monitorização e avaliação de políticas públicas e programas de governação nos Centros de Governo".
12. Realizar um Conselho Acadêmico do Programa IBERGOP até ao final de 2010.
13. Aceitar a realização da XIV Reunião da RIMPE no primeiro trimestre do ano de 2012 para a qual a SEGIB realizará as consultas pertinentes com os países membros.

Os participantes na XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE):

- Expressam a sua solidariedade com os esforços incansáveis do Governo do Chile para salvar os 33 mineiros soterrados na mina de S. José, Copiapo, Chile.
- Acompanham com preocupação a situação de calamidade pública na Guatemala em sequência das recentes intempéries e manifestam a sua solidariedade para com as autoridades e o povo deste País.
- Agradecem ao Governo de Portugal a magnífica organização e realização da XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes.

Ficha Técnica Saúde 2010

Conferência:	XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Salud			
Contacto:	Sebastián Tobar	Website:	www.msal.gov.ar
Cargo:	Coordinador Nacional del Mercosur, Dirección Nacional de Relaciones Internacionales	Endereço:	Av. 9 de Julio 1925 (C1073ABA) - Buenos Aires República Argentina
E-correio:	stobar@minal.gov.ar		
Telefone:	(54-11) 4379 9026		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora Div. Reuniones Ministeriales Setoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	XII Conferência, Mar del Plata (ArgentinaPortugal), 29-30 junho		
2009:	XI Conferência, Lisboa (Portugal), 29-30 junho		
2008:	X Conferência, São Salvador (El salvador), 11-12 julho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Sociais			
Redes Ibero-Americanas de: Doação e Transplante de Órgãos Políticas de Medicamentos Aprendizagem e Investigação em Saúde Luta contra o Tabagismo Proteção Social em Saúde Migração e Recursos Humanos em Saúde Análise, implementação e avaliação de Políticas Públicas de Saúde			
Programa Bancos de Leite Humano			

Declaração

XII Conferência Ibero-Americana de Ministras e Ministros da Saúde “Para a Construção de uma Agenda Renovada de Integração entre Educação e Saúde”

Buenos Aires, Argentina, 10-11 junho 2010

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

As Ministras e Ministros Ibero-americanos reunidos na XII Conferência Ibero-americana de Ministras e Ministros da Saúde, em Buenos Aires, nos dias 10 e 11 de junho de 2010, no contexto da XX Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, subordinada ao tema “**Educação para a Inclusão Social**” com o objetivo de avançar na construção de uma Agenda Renovada de Integração entre Educação e Saúde.

Assim;

Considerando que:

1. Os países ibero-americanos partilham valores e enfrentam desafios comuns. Estes valores fundam-se numa história de integração na diversidade e de construção dos nossos países, a partir da vontade de inclusão social.
2. As Cimeiras Ibero-americanas constituem um espaço de conciliação, de diálogo político e de cooperação, que proporciona oportunidades de troca de experiências e de colaboração, visando transformar em ações concretas as iniciativas orientadas para o progresso econômico e social dos nossos povos.
3. O “Espaço Ibero-americano de Saúde” contribui para a criação e expansão de mecanismos e programas, tanto bilaterais como multilaterais, existentes ou a serem criados, direcionados para a melhoria da saúde dos nossos povos.
4. A Educação e a Saúde são direitos de todo ser humano, causa e motor da inclusão social. Requisito impulsionador do desenvolvimento social e econômico para a melhoria das condições de vida com base na equidade, interculturalidade, solidariedade e justiça social, devendo o Estado impulsionar o maior desenvolvimento e coordenação de políticas sociais para a erradicação da pobreza e o acesso universal à saúde e à educação para nossas populações.

5. Reconhecemos os esforços existentes para associar os setores da educação e da saúde, em temas como a prevenção do VIH/SIDA e DST, as Escolas Promotoras de Saúde e a prevenção da violência, entre outros.
6. Na XI Conferência Iberoamericana “Inovação e Cuidados de Saúde Primários”, realizada em Évora, nos dias 29 e 30 de junho de 2009, os Ministros assumiram o compromisso de desenvolver e fortalecer seus sistemas de saúde, com ênfase na prevenção da doença e na promoção da saúde, com base em valores de equidade, solidariedade, interculturalidade, universalidade, integralidade, participação e desenvolvimento intersectorial, reforçando o papel e a responsabilidade do Estado e a co-responsabilidade cidadã.
7. O cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e de Saúde por Todos e para Todos, formulados na Declaração de Alma Ata e na Estratégia de Renovação da Atenção Primária/Cuidados de Saúde Primários (OMS 2008), requer a inclusão do enfoque dos Determinantes Sociais e, portanto, da articulação de políticas de educação e saúde em diferentes níveis, para a promoção da equidade educativa e sanitária, considerando a sua concretização como uma questão de justiça social.
8. No âmbito dos desafios comuns em saúde dos países ibero-americanos incluem-se as assimetrias na composição e competências dos profissionais de saúde e as necessidades dos sistemas de saúde e, por outro lado, entre o excesso de profissionais nas áreas urbanas e a escassez em áreas mais distantes, repercutindo-se de maneira indesejada no acesso a saúde e no desenvolvimento adequado da Estratégia da APS/CSP.
9. Os setores de Saúde e Educação oferecem oportunidades para uma interação construtiva ao avançar conjuntamente na implementação dos objetivos da Estratégia de Renovação da Atenção Primária à Saúde/Cuidados de Saúde Primários (OMS 2008) e ao atuar, também, de maneira coordenada nos Determinantes Sociais da Saúde.
10. A educação para a saúde e a promoção de estilos de vida saudáveis são ferramentas estratégicas para fomentar a participação social, para a prevenção e para a construção de ambientes saudáveis, conferindo poder à comunidade e aos atores nos cuidados de saúde.

11. Um dos alicerces da Estratégia de Renovação da Atenção Primária/Cuidados de Saúde Primários (OMS 2008) é a incorporação da Saúde em todas as políticas públicas. Nesse sentido, a articulação com a Educação, particularmente Educação Superior, constitui um modelo que deve ser aprofundado e expandido.
12. A educação para a saúde nas escolas é um processo que requer a articulação dos setores da educação e da saúde, bem como da comunidade educativa, para que as crianças e os jovens adquiram desde cedo conhecimentos e competências que os habilitem a lidar com os fatores determinantes da saúde, individual e coletivamente, ao longo do seu ciclo de vida.
13. A Estratégia da APS/CSP (Atenção Primária à Saúde/Cuidados de Saúde Primários) deverá ser assumida como ferramenta inovadora, que promova a mudança da prática dos profissionais do setor com a participação ativa da sociedade civil, no contexto de uma concepção integral da saúde.
14. É adequado estabelecer pilares e contextos estáveis para o trabalho conjunto e para a coordenação de atividades e políticas entre Saúde e Educação. Também é necessário unir esforços com outros Ministérios e setores, para fortalecer e melhorar as condições de vida e de trabalho dos profissionais de saúde.

Comprometemo-nos a:

1. Trabalhar conjuntamente com os Ministérios de Educação, as Universidades e Instituições formadoras para fomentar estratégias de Educação e Saúde para uma abordagem conjunta em diversas áreas, como a promoção de estilos de vida saudáveis.
2. Fortalecer o papel primordial do Estado e a participação dos cidadãos na formulação, implementação, acompanhamento e sustentabilidade das políticas e ações em saúde, promovendo e garantindo uma estreita coordenação e trabalho conjunto entre os Ministérios de Saúde e os de Educação, as Universidades e Instituições formadoras.
3. Conceber, definir e promover políticas intersetoriais para atuar sobre os Determinantes Sociais da Saúde, respeitando critérios de integralidade, equidade, integração, solidariedade e redução das assimetrias e iniquidades, construindo agendas nacionais e locais nas quais se dê prioridade ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da meta de Saúde para Todos formulada na Declaração de Alma Ata.

4. Desenvolver ações conjuntas e intersetoriais entre Saúde e Educação, que conduzam ao diálogo e a compromissos concretos, para poder assegurar a existência de um conjunto de profissionais de saúde capacitado, motivado e distribuído de acordo com as necessidades da população.
5. Favorecer a articulação entre as autoridades sanitárias e as entidades formadoras de recursos humanos em saúde, com uma forte liderança para que os mencionados recursos se adaptem às necessidades em saúde da população e desenvolvam novas capacidades para abordar novas problemáticas sociais, ambientais e sanitárias, com um enfoque interdisciplinar.
6. Contribuir para o desenvolvimento de profissionais capacitados para a atividade de gestão e execução das políticas e ações dos sistemas de saúde e de ciência e tecnologia em saúde por meio de iniciativas ibero-americanas.
7. Conceber instrumentos institucionais para o planejamento/planeamento e para o processo de formulação de políticas conjuntas entre Saúde e Educação, através de mecanismos formais de análise, monitorização, avaliação e acompanhamento das ações conjuntas orientadas para a definição de perfis de formandos, recrutamento de estudantes de comunidades étnicas ou socioculturais com carências de serviços de saúde, critérios de certificação de instituições e programas educativos na área da saúde, além da promoção da capacitação permanente e dos internatos/residências médicas, entre outros, considerando os diferentes níveis (contexto escolar, formação técnica, formação universitária, especialização ou pós-graduação) e incorporando outros setores estatais que possam estar envolvidos, para poder garantir a sustentabilidade desses esforços.
8. Fortalecer a articulação entre Educação e Saúde para favorecer a inclusão de todas e de todos os cidadãos ibero-americanos nos processos de construção social da saúde, considerando as características particulares de cada grupo populacional tendo em consideração as suas diferenças culturais, étnico-raciais, de orientação sexual, de gênero e geográficas, assegurando as condições para uma plena participação social.

9. Fortalecer a formação dos recursos humanos necessários para o desempenho dos sistemas de saúde baseados na Atenção Primária à Saúde/ Cuidados de Saúde Primários, com o objetivo de alcançar a necessária cobertura universal, diminuindo, deste modo, as assimetrias sociais existentes e alcançando justiça social em saúde.
10. Estimular a criação de mecanismos de cooperação educativa em e para a saúde e a formação de recursos humanos para o setor sanitário e educacional, fundamentados nas experiências bem-sucedidas nos países ibero-americanos, que contemplem as necessidades e possibilidades de cada país.
11. Em consulta com as autoridades competentes em cada país, procurar identificar as alternativas para conseguir mecanismos de avaliação da qualidade educativa, em relação à formação dos recursos humanos da saúde, em prol da harmonização de padrões considerados apropriados para a abordagem das Determinantes da Saúde.
12. Avançar no desenvolvimento de medidas de prevenção e preparação para catástrofes, que permitam mitigar suas consequências nos sistemas de saúde, incorporando gradualmente nesse processo outros setores.
13. Impulsionar medidas para fixar os profissionais de saúde em seus países de origem, desenvolvendo estímulos e incentivos nesse sentido, segundo as recomendações do Código de práticas da OMS sobre a contratação internacional de pessoal sanitário (OMS-2010).
14. Promover o registo das Redes Ibero-americanas existentes, trabalhando em temas de saúde e, com o apoio da SEGIB, realizar uma análise estratégica do seu funcionamento no espaço ibero-americano.

15. A nossa decisão de submeter à consideração das Chefas e Chefes de Estado e Governo que se reunirão na XX Cimeira Ibero-americana, os seguintes acordos:

- Desenvolver o trabalho conjunto dos Ministros de Saúde e Educação, incluindo as Universidades e Instituições Formadoras, para o estabelecimento de mecanismos e instrumentos institucionais que impulsionem o desenvolvimento de políticas públicas integradas para a formação adequada dos recursos humanos da saúde, abordando os determinantes sociais, culturais e ambientais. Esta agenda renova a integração entre educação e saúde, a inclusão social, a redução das desigualdades, a internalização de competências e capacidades para a vida, assim como o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos desafios de saúde de cada país.
- Impulsionar no espaço ibero-americano a troca de experiências na iniciativa Escolas Promotoras de Saúde. Estas permitem capacitar as crianças, adolescentes e jovens para intervir na mudança e conduzir ao exercício pleno da cidadania, o que contribui para a criação de um futuro melhor e mais sustentável. Deve-se, por isso, favorecer um trabalho conjunto para desenvolver um Programa Ibero-americano de Cooperação que apoie o desenvolvimento de Escolas Promotoras de Saúde capazes de integrar a rede da Organização Mundial da Saúde, de acordo com as necessidades dos países e as metodologias apropriadas e culturalmente adequadas.

As Ministras e Ministros participantes nesta Conferência agradecem ao governo e ao povo da República Argentina pela atenção recebida e sua generosa hospitalidade.

Ficha Técnica Trabalho 2010

Conferência:	II Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social			
Contacto:	Julio Rosales	Website:	www.trabajo.gov.ar
Cargo:	Dirección de Asuntos Internacionales	Endereço:	Av Leandro N. Alem 650 (C1001AAO) Buenos Aires República Argentina
E-correio:	aainterna@trabajo.gov.ar mronchetti@trabajo.gov.ar jrosales@trabajo.gov.ar		
Telefone:	(54-11) 4310 6056		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora Div. Reuniones Ministeriales Setoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	II Foro, Buenos Aires (Argentina), 7-8 outubro		
2008:	I Foro, Salinitas (El Salvador), 8-9 setembro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: División Assuntos Económicos			

II Fórum Ibero-Americano de Ministras e Ministros do Trabalho “Trabalho decente e educação para a inclusão social”

DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES

As Ministras e os Ministros do Trabalho reunidos no II Fórum Ibero-americano, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, nos dias 7 e 8 de outubro de 2010, no âmbito das Reuniões Setoriais Preparatórias da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará nos dias 3 e 4 de dezembro de 2010, cujo eixo temático é “Educação para a inclusão social”;

Consideramos que:

1. É de fundamental importância que as estratégias de desenvolvimento levem em consideração as dimensões sociais que garantam a inclusão social, reconhecendo que as políticas de emprego e renda têm um papel equivalente e complementar às políticas macro-econômicas monetárias e fiscais.
2. O trabalho, a educação e a formação permanente ao longo da vida são articuladores fundamentais da sociedade, e portanto, são instrumentos centrais na hora da definição de políticas de inclusão e mobilidade social. O mundo do trabalho, da educação e da formação se complementam mutuamente, nenhum dos dois pode prosperar sem o outro e a capacidade de criar uma ponte entre eles é um imperativo para o desenvolvimento pleno dos nossos povos. Esses objetivos foram ratificados na Resolução relativa às qualificações para a melhoria da produtividade, o crescimento do emprego e o desenvolvimento, aprovada na 97ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho.
3. No âmbito dessa Resolução, foi destacada a importância da criação de mecanismos de apoio para fomentar a inclusão, a equidade de gênero e a igualdade de oportunidades dos setores mais vulneráveis como o setor dos trabalhadores informais, dos migrantes das pessoas com deficiência e dos povos originários no desenvolvimento das competências, a possibilidade de utilizar a educação formal e a capacitação profissional como instrumentos para facilitar a incorporação progressiva e duradoura à economia formal. Os governos têm uma responsabilidade primordial no que diz respeito a assegurar o acesso universal à educação e às competências básicas, como instrumento para a inclusão social de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

4. Na XVI Reunião Regional Americana, convocada pela Organização Internacional do Trabalho, celebrada em Brasília em maio de 2006, foi adotada a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente 2006-2015 que, entre os seus objetivos, estabelecia o imperativo da geração de Trabalho Decente nas estratégias nacionais de desenvolvimento e o incremento, em um prazo de dez anos, do percentual de investimento dos países em capacitação, em pelo menos meio ponto percentual (como percentual do PIB) e a duplicação dos retornos atuais dos investimentos em capacitação.
5. Na Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa, adotada no dia 10 de junho de 2008, na 97ª Conferência Internacional do Trabalho, afirma-se que é necessário situar o emprego pleno e produtivo e o Trabalho Decente como elementos centrais das políticas econômicas e sociais, criando um ambiente institucional e econômico sustentável, em cujo âmbito a sociedade possa alcançar seus objetivos de desenvolvimento econômico e progresso social e as pessoas possam adquirir, atualizar e certificar as competências necessárias para poder trabalhar de maneira produtiva visando à sua própria realização e ao bem-estar comum.
6. No I Fórum Ibero-americano de Ministros do Trabalho, realizado em Sonsonate, El Salvador, nos dias 8 e 9 de setembro de 2008, afirmamos que o Trabalho Decente é um meio decisivo para impulsionar o desenvolvimento integral, além de ser a ferramenta mais importante da qual dispomos para erradicar a pobreza, fortalecer a democracia, apoiar a coesão social e contribuir para o desenvolvimento sustentável.
7. A crise econômica e financeira mundial que começou em 2008, tiveram como consequência uma perspectiva prolongada de aumento do desemprego e agudização da pobreza e da desigualdade. Neste contexto, nossos países aprovaram no dia 19 de junho de 2009, no âmbito da 98ª Conferência Internacional do Trabalho, o documento *Um pacto mundial para o emprego*, no qual afirmam que a nossa tarefa com a recuperação não consiste unicamente em alcançar o nível de emprego anterior à crise, mas também contribuir para a construção de economias fortes para aumentar o bem-estar dos nossos cidadãos e cidadãs. Com esses objetivos, é incompatível e insustentável no longo prazo, uma economia baseada em baixas qualificações, bem como em baixa produtividade e baixos salários. É por isso que afirmamos:

- a. a conquista das nossas metas requer uma articulação das políticas macro-econômicas e financeiras com as políticas laborais, sociais, educacionais e formativas, integrando e sustentando os objetivos de inclusão social;
 - b. a importância do diálogo social e a negociação coletiva no planejamento e execução das políticas de emprego e de formação profissional;
 - c. a importância dos sistemas de proteção social sustentáveis e de ampla cobertura, priorizando a assistência aos grupos vulneráveis para erradicar a pobreza, melhorar a cobertura e permanência no sistema educativo, resolver as dificuldades sociais e, ao mesmo tempo, contribuir para estabilizar a economia;
 - d. a importância de uma política permanente de formação profissional, articulada com o desenvolvimento do mundo produtivo para melhorar o acesso ao emprego.
8. A *Declaração de Lisboa*, subscrita pelos Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-americanos, reunidos em Estoril, Portugal, em dezembro de 2009, na XIX Cúpula Ibero-americana, expressa que a inovação e o conhecimento são instrumentos fundamentais para erradicar a pobreza, combater a fome e melhorar a saúde das nossas populações, bem como para alcançar um desenvolvimento regional sustentável, integrado, inclusivo, equitativo e respeitoso do meio ambiente. Neste sentido, afirmamos que a inovação e a aprendizagem constituem, também, elementos essenciais para melhorar a complementaridade e competitividade dos nossos países e para promover a geração de emprego qualificado e com produtos com maior valor agregado.
9. Como manifesta a *Resolução relativa à discussão* recorrente sobre o emprego, aprovada em junho de 2010 durante a 99ª Conferência Geral da OIT, “Cada vez preocupa mais o fato de que os jovens não encontrem as oportunidades de emprego que necessitam, e que uma geração possa ficar postergada”. Além disso, muitas mulheres também continuam sem poder participar plenamente no mercado de trabalho.” “ É importante velar porque os jovens e as mulheres possuam a formação, as competências e suficientes oportunidades para participar na economia. Esse reconhecimento não restringe em absoluto a responsabilidade por atender outros grupos socialmente desfavorecidos há muito tempo, que são vítimas da marginalização dentro dos países e entre eles”.

Acordamos:

1. A necessidade de avançar para um desenvolvimento sustentável e duradouro com inclusão social, baseado nos princípios do Trabalho Decente e a Educação para todos, respeitando as nossas diferenças e assimetrias. Estes processos só podem ser garantidos em Estados democráticos que promovam o emprego pleno e com melhoras distributivas baseadas em regulamentações adequadas.
2. Reafirmar o caráter de Direito Primordial para os trabalhadores e trabalhadoras que a formação profissional e a educação têm ao longo da vida, e reconhecemos estas ferramentas como as idôneas para assegurar a estabilidade profissional, a qualidade no emprego e desalentar a exclusão social.
3. O imperativo de continuar impulsionando a coerência entre as políticas econômicas, sócio-laborais e educativas, promovendo a integração plena dessas dimensões, a fim de tornar realidade os objetivos do Trabalho Decente, a erradicação da pobreza e a inclusão social conforme os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
4. Empreender ações e estratégias de acordo com as realidades nacionais, para consolidar um piso de proteção social¹, prestando especial atenção às políticas de transferências de renda para a infância e para os idosos, em um âmbito de direitos e desenvolvimento de instituições que promovam avançar com modelos sociais mais equitativos e inclusivos.
5. Promover a articulação entre as políticas de trabalho, educação e formação conforme as realidades nacionais, especialmente:
 - a. Investir no desenvolvimento e atualização de capacidades e competências da população, através da educação, a formação profissional e a capacitação ao longo da vida para um crescimento forte, sustentável e balanceado, assegurando processos de consulta ao conjunto da sociedade.
 - b. Vincular as políticas de formação e desenvolvimento de habilidades com o mundo do trabalho e com a mutável realidade dos mercados de trabalho nos diversos segmentos econômicos e nas diversas regiões;

¹ *PVivendas de proteção social: Conjunto de direitos sociais, infraestrutura e serviços básicos que devem ter todos os cidadãos e cidadãs.*

- 
- c. Assegurar ao trabalhador em situação de desemprego o direito à formação profissional;
 - d. Coordenar as políticas de formação profissional com as de educação fundamental de jovens e adultos, incrementando o investimento para ampliar as oportunidades de formação e emprego dos grupos mais desfavorecidos da população;
 - e. Desenvolver sistemas nacionais de qualificação e certificação profissional baseados em padrões de competências, com a ativa participação dos atores sociais, acompanhados pela negociação coletiva e o diálogo social;
 - f. Fomentar entre os jovens, a partir do sistema educativo, os princípios e direitos no trabalho e o conceito de Trabalho Decente, e a importância da formação ao longo da vida.
6. Fortalecer a integração entre as políticas ativas de emprego, os Serviços Públicos de Emprego e o sistema educacional e de formação profissional, prestando especial atenção:
 - a. À ampliação e melhora da rede de serviços públicos de emprego e intermediação laboral;
 - b. A fortalecer o desenvolvimento de programas de formação e assistência técnica, administrativa e gerencial para o fomento e instalação de micro e pequenas empresas e outras formas de organização produtiva;
 - c. Ao desenho de políticas formativas diferenciadas para os grupos mais vulneráveis e com mais dificuldades de inserção laboral.
 7. Continuar fortalecendo as capacidades, os recursos e as competências técnicas das Administrações Laborais no atual contexto de crise econômica e seus efeitos no emprego e na pobreza, reconhecendo o importante papel dos nossos Ministérios nesta conjuntura, como um elemento decisivo para a inclusão social e o Trabalho Decente.
 8. Comprometer-nos ao desenvolvimento e promoção de políticas de fomento à pesquisa científico-tecnológica, impulsionando uma melhor articulação das políticas produtivas e educacionais para garantir um comportamento inclusivo do mercado de trabalho no contexto das transformações que estão atravessando os sistemas produtivos.

- 
9. Impulsionar estratégias dirigidas a facilitar o acesso universal às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), para reduzir a brecha digital, e aproveitar as oportunidades que elas oferecem para melhorar a qualidade de vida da população e especialmente de nossos jovens.
 10. Desenhar e implementar programas dirigidos a articular o desenvolvimento da inovação e as TIC com a geração de emprego produtivo. O teletrabalho pode ser uma ferramenta útil para facilitar o trabalho sem deslocamentos, maior harmonização da vida familiar, melhor acesso ao trabalho por parte das pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis, em um adequado contexto de direitos laborais e de proteção social.
 11. Reafirmar a importância de promover e proteger os direitos humanos e sócio-laborais dos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias, com particular ênfase nas pessoas migrantes e nas pessoas com deficiência, assegurando o reconhecimento, usufruto e exercício desses direitos em condições de igualdade e facilitando a sua participação nos programas e políticas educacionais e de formação profissional.
 12. Contribuir para o estabelecimento de um contexto de transição justa para nossos trabalhadores para uma economia ambientalmente sustentável, a fim de garantir um processo de transformação dos postos de trabalho que sejam afetados pelos impactos sócio-econômicos decorrentes da adaptação e mitigação frente aos efeitos da mudança climática.
 13. Estabelecer um contexto de políticas que permita promover a igualdade de gênero, e eliminar todas as formas de discriminação nas atividades educativas, formativas e laborais.
 14. Construir junto aos jovens e às jovens e os demais atores do mundo do trabalho as estratégias e mecanismos necessários para assegurar-lhes uma formação permanente e de qualidade para uma efetiva inserção laboral com Trabalho Decente, fomentando assim um aumento dos níveis de emprego e uma redução da informalidade e do desemprego juvenil.

15. Estabelecer mecanismos ativos de cooperação ibero-americana que possibilitem a troca de idéias e experiências, bem como a difusão das boas práticas, no que diz respeito a políticas laborais, de emprego, capacitação e formação profissional.
16. Avançar na implementação da Rede Ibero-americana de Inspeção do Trabalho, agradecendo as contribuições fundamentais realizadas pela OIT no seu lançamento, e consolidando-a como instrumento para o intercâmbio de experiências, boas práticas, colaboração e apoio recíproco entre os diversos países que a integram.
17. Propiciar a realização de um Encontro Sindical Ibero-americano no âmbito do fortalecimento do diálogo social, complementando as reuniões já previstas do VI Encontro Cívico e Empresarial que se realizarão nos dias 2 e 3 de dezembro, antes da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, o que permitirá aprofundar o diálogo social nas questões sócio-trabalhistas com as organizações empresariais e sindicais.
18. Nossa decisão de elevar à consideração das Chefas e Chefes de Estado e de Governo que se reunirão na XX Cúpula Ibero-americana, os seguintes acordos:
 - a. Os Ministros e Ministras de Trabalho da Ibero-América reunidos na Cidade Autônoma de Buenos Aires nos dias 7 e 8 de outubro de 2010, propõem continuar impulsionando a coerência e integração entre as políticas econômicas, sócio-laborais e educacionais para avançar para um desenvolvimento sustentável com inclusão social baseado nos princípios do Trabalho Decente e de Educação para todos. Sugerem orientar as políticas laborais e educativas para as mudanças tecnoprodutivas que garantam maiores níveis de equidade e inclusão laboral. Entendem que é necessário contribuir para o estabelecimento de um contexto de transição justa para nossos trabalhadores e trabalhadoras e seus postos de trabalho para uma economia ambientalmente sustentável.
 - b. Consideramos que o Trabalho Decente, a Educação e a Formação Profissional ao longo da vida constituem Direitos primordiais. É relevante investir no desenvolvimento e atualização de conhecimentos e competências, o que requer, entre outras ações, articular as políticas de formação com o desenvolvimento do mundo produtivo, assegurar a todos os trabalhadores e trabalhadoras - empregados e desempre-



gados - o direito a uma formação profissional de qualidade; articular políticas de formação profissional com as de educação fundamental; fomentar entre os jovens os princípios e direitos no trabalho e o conceito de Trabalho decente a partir do sistema educativo em todos os seus níveis; desenhar políticas formativas diferenciadas para os grupos mais vulneráveis e com maior dificuldade de inserção laboral.

Ficha Técnica Turismo 2010

Conferência:	X Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Industria y Turismo			
Contacto:	Maya González Bender	Website:	www.mit.gov.ar
Cargo:	Directora A/C, Dirección de Relaciones Internacionales e Institucionales	Endereço:	Suipacha 1111 piso 14 C1008AAW-Buenos Aires Argentina
E-correio:	mgbender@turismo.gov.ar		
Telefone:	(54-11) 4316 1600 int.: 2013/14/2005		
Fax:	(54 11) 4312 0442		
Secretaria Técnica:			
Não há			
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora Div. Reuniões Ministeriais Setoriais	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010:	X Conferência, Córdoba (Argentina), 2-3 setembro		
2009:	IX Conferência, Estoril (Portugal), 2 julho		
2008:	VIII Conferência, Salinitas (El Salvador), 18 julho		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Econômicos			
Empreendimentos Turísticos Juvenis (Iniciativa)			

X Conferência Ibero-Americana de Ministros de Turismo "Turismo, Educação e Inclusão social"

Córdoba, Argentina, 2-3 setembro 2010

DECLARAÇÃO DE CÓRDOBA

As Ministras, Ministros e Altas Autoridades de Turismo dos Estados Ibero-Americanos, reunidos na Cidade de Córdoba, Província de Córdoba, na República Argentina, entre os dias 2 e 3 de setembro de 2010, com motivo da X Conferência Ibero-americana de Ministros de Turismo, no marco da XX Reunião Cimeira Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, que terá lugar nos dias 3 e 4 de dezembro, na cidade de Mar del Plata, Província de Buenos Aires, Argentina, cujo lema é "*Educação, para a Inclusão Social*".

Considerando:

1. Que o turismo é uma ferramenta fundamental para a luta contra a pobreza, devido ao seu efeito multiplicador como gerador de emprego, inclusão social e crescimento sustentável.
2. Que o turismo é um fator dinamizador sociocultural e econômico, ao fomentar o intercâmbio e o enriquecimento cultural, a compreensão e a tolerância entre os povos.
3. Que a paulatina superação da crise econômica internacional, oferece uma grande oportunidade para levar adiante mudanças, renovação e inovação em turismo, setor que tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação em cenários locais e internacionais adversos.
4. Que é indispensável que a atividade turística se transforme num fator fundamental para o uso sustentável dos recursos naturais e o meio ambiente em todos os países.
5. Que o turismo, sendo uma atividade de constante expansão, que se diversifica e profissionaliza aceleradamente, tem demonstrado ser um setor chave para o desenvolvimento, econômico e social dos países ibero-americanos.

6. Que a celebração dos Bicentenários da independência em vários dos nossos países convidam-nos a continuar aprofundando os elos e compromissos que unem a região, e reconhecendo o Turismo como ferramenta chave para o enriquecimento cultural e o fortalecimento da identidade dos nossos povos.
7. Que, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), durante o ano de 2009, as destinações da Ibero-América receberam na sua totalidade 122 milhões de chegadas turísticas internacionais (14% do total mundial) e 104 bilhões de dólares americanos de receitas (12,2 % do total mundial) e a chegada de turistas internacionais a nível mundial tem crescido um 7% ao longo deste ano de 2010, sendo a previsão para Ibero-América estimada entre um 3% e 4%, em relação com 2009.
8. Que a educação é um direito fundamental das crianças, as mulheres e os homens, um elemento indispensável para a formação da sociedade, o crescimento e desenvolvimento dos povos, contribuindo a estreitar laços de amizade e cooperação entre os países da região.
9. Que a educação, formação e gestão dos recursos humanos é uma questão chave para o futuro do turismo.
10. Que o Turismo Social facilita aos setores de menores ingressos da população desfrutar o turismo, permitindo aos cidadãos conhecer as belezas naturais, os patrimônios culturais dos seus países e da região ibero-americana, melhorando significativamente a sua qualidade de vida.
11. Que é de salientar a importância do Turismo Rural Comunitário como política de estado para favorecer a inclusão social e econômica, melhorando a qualidade de vida das populações rurais.
12. Que nas anteriores Conferências Ibero-americanas de Ministros de Turismo especificamente na IX Conferência foi acordada a elaboração de um projeto de Rede Ibero-americana de Formação em Turismo.

Acordam:

1. Continuar trabalhando na sensibilização e conscientização a nível governamental acerca da importância do turismo como ferramenta de reativação econômica e de estímulo das economias nacionais e da região ibero-americana.

2. Seguir impulsionando, desde o Estado, as políticas públicas necessárias em matéria de turismo para consolidar o setor como um dos principais aportes às economias nacionais.
3. Apoiar a Educação em Turismo através da formação de profissionais e a capacitação aos prestadores de serviços turísticos em todos os níveis da atividade.
4. Impulsionar o conceito de sustentabilidade na educação, capacitação e prática turística com a finalidade de favorecer a harmonia do homem com a natureza.
5. Continuar os esforços para a criação da Rede Ibero-americana de Formação em Turismo. A tal efeito, constitui-se um grupo formado pela Argentina, o Brasil, a Costa Rica, a Espanha e o Paraguai, com o alvo de elaborar um projeto que faça possível a concreção da mencionada Rede. O resultado deste trabalho será apresentado na próxima Conferência Ibero-americana de Turismo.
6. Promover, através da formação, a implementação no setor do uso das novas tecnologias, de práticas inovadoras e do conhecimento necessário para atingir o maior grau de competitividade possível, impulsionando a cooperação entre o setor acadêmico, as empresas públicas e privadas no conjunto da região.
7. Continuar difundindo o Código Ético Mundial para o Turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT) no que se refere à proteção das crianças, moças e adolescentes e à liberdade de deslocamento turístico.
8. Promover a cooperação internacional através de assistências técnicas em matéria de turismo, especialmente na área educativa, com o alvo de intercambiar experiências, realizar projetos conjuntos, favorecer o crescimento turístico dos países e aprofundar os laços entre Estados Ibero-americanos.
9. Salientar a solidariedade com os povos da Bolívia, do Chile, de O Salvador, de Haiti e do Peru, países que tem sofrido desastres naturais nos últimos meses e a partir dos quais se evidencia a necessidade de continuar trabalhando na gestão de situações de crise, desde o ponto de vista do turismo.

- 
10. Continuar aprofundando as políticas sociais em matéria de turismo, com o alvo de manter a integração dos setores sociais menos favorecidos e aumentar a oferta das atividades relacionadas com o Turismo Social e Comunitário.
 11. Convidar ao setor empresarial ao desenvolvimento de projetos associativos de responsabilidade social que envolvam à comunidade local na prestação de serviços turísticos.
 12. Solicitar aos Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América que aprimorem o apoio aos setores turístico e educativo, que contribuem fundamentalmente à inclusão social e ao desenvolvimento econômico.
 13. Expressar o seu reconhecimento ao Governo da República Argentina, ao Ministério do Turismo da Nação e à Agência Córdoba Turismo do Governo da Província de Córdoba pela maravilhosa organização deste encontro.

As Ministras, os Ministros e as Altas Autoridades de Turismo de Ibero-América subscrevem a presente Declaração, nas suas versões em português e em espanhol, ambas as duas igualmente válidas, na Cidade de Córdoba, Província de Córdoba, na República Argentina, no dia 3 de setembro de 2010.

Ficha Técnica Habitação e Urbanismo 2010

Conferência:	XIV Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor da Habitação e Desenvolvimento Urbano		
Secretaria Pro-Tempore: Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios			
Contacto:	Luís Alberto Bontempo	Website:	www.mecon.gov.ar
Cargo:	Subsecretario de Desarrollo Urbano y Vivienda Dirección Nacional de Políticas Habitacionales	Endereço:	Esmeralda 255 piso 7º Buenos Aires Argentina
E-correio:	lbonte@mecon.gov.ar		
Telefone:	(54-11) 5071 9802 / 9803 / 9810		
Secretaria Técnica: MINURVI, Consejo Nacional de la Vivienda			
Contacto:	Cristina Zarate	Website:	minurvi.org
Cargo:		Endereço:	Assunção, Paraguai
E-correio:	secretariaminurvi@minurvi.org		
Telefone:	(595) 2144 2324		
Fax:	(595) 2144 2324		
SEGIB - Secretaria-Geral Ibero-Americana			
Contacto:	Susana Esteban Berrocal	Website:	www.segib.org
Cargo:	Subdirectora Div. Reuniones Ministeriales Setoriales	Endereço:	Paseo de Recoletos, 8 28001 Madrid, Espanha
E-correio:	sesteban@segib.org		
Telefone:	(34-91) 590 1980 / 1995/ 0706		
Fax:	(34-91) 590 1982		
Reuniões Recentes			
2010	XIV Foro, Buenos Aires (Argentina), 1-2 julho		
2008	XIII Foro, Salinitas (El Salvador), 5 setembro		
2007	XIII Foro, Salinitas (El Salvador), 5 setembro		
Atividades de cooperação associadas - Área responsável SEGIB: Divisão Assuntos Sociais			

XIV Fórum Ibero-Americano de Autoridades Máximas do Setor de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Pilar, Província de Buenos Aires, 3 setembro 2010

PROTOCOLO DE BUENOS AIRES

As Ministras, Ministros, Autoridades Máximas e Chefes de Delegação da Área de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos países membros da Conferência Ibero-americana, reunidos em Pilar, Província de Buenos Aires, República Argentina, por ocasião de celebrar o XIV Fórum Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor de Habitação e Desenvolvimento Urbano, no contexto da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo a ser celebrado em Buenos Aires, tendo como tema “Educação e Inclusão Social”.

Considerando:

1. Que o Fórum Ibero-americano de Ministras, Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano é a instância preparatória da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo em matéria de coordenação e cooperação regional nos temas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos assim como instrumento para a elaboração de políticas que permitam melhorar a situação habitacional da população da região.
2. Que o tema central da XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo foi definido como “Educação e Inclusão Social”, porquanto o XIV Fórum Ibero-americano de Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano considerou discutir as contribuições dos Órgãos de Desenvolvimento Urbano e Habitação à inclusão social.
3. Que a educação é o principal instrumento que tem a sociedade para elevar seu capital em recursos humanos e promover o bem-estar e a inclusão social de todos os estratos sociais.
4. Que na América Latina, não obstante a melhora, em média, do clima econômico observada na última década, ainda persistem desigualdades na distribuição da renda e do patrimônio, no acesso aos benefícios do gasto público social, na situação educacional e na qualidade do emprego.
5. Que o reconhecimento da persistência de desigualdades na área da

educação inspirou o desenvolvimento de novas propostas que frisam a importância e a necessidade de garantir educação de qualidade a todas as crianças e jovens, incluindo todos aqueles que estão em risco de serem marginalizados.

6. Que na América Latina existe uma forte segmentação na oferta de instalações educacionais entre os bairros ricos e pobres das cidades e entre as cidades e as zonas rurais.
7. Que entre os fatores que garantem uma educação de qualidade se encontra o nível das instalações edilícias, tanto em quantidade quanto em manutenção, acessibilidade e disponibilidade dos meios didáticos relativos às tecnologias de informação e comunicação. Por “educação de qualidade” se entende aquela que ofereça os recursos necessários para que todos os estudantes atinjam os máximos níveis de desenvolvimento e aprendizagem possíveis.

Acordamos:

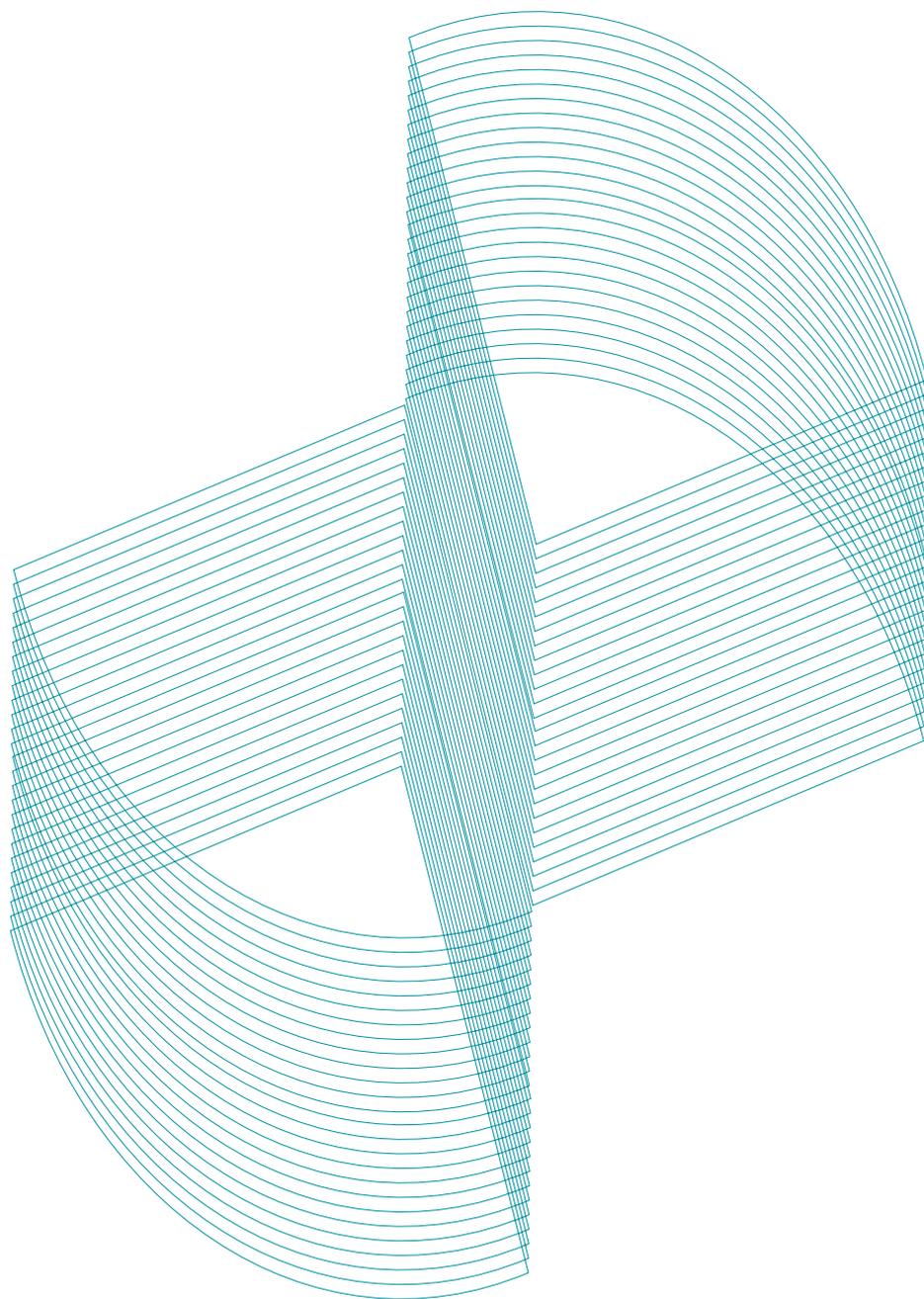
Elevar à XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo para sua inclusão na Declaração:

1. Garantir que as ações na área habitacional a serem realizadas nas zonas urbanas se inscrevam em programas de intervenção integral que assegurem em seu entorno os equipamentos públicos, com especial atenção a edifícios educacionais adequados, tanto em quantidade quanto em qualidade, a fim de reduzir a acentuada segmentação que existe na oferta das instalações educativas que facilitem a promoção de atividades comunitárias e como ponto de encontro de crianças, adolescentes e jovens de diferentes estratos sociais.
2. Incluir nas ações da área habitacional a serem realizadas em zonas rurais a identificação ou construção de centros rurais dotados das instalações necessárias, com especial atenção à dotação de edifícios educacionais, para que a população que resida nas novas moradias possa gozar das mesmas facilidades que são oferecidas nas zonas urbanas em matéria de prestação de serviços.

As Ministras, Ministros, Autoridades Máximas e Chefes de Delegação dos países ibero-americanos, assinam a presente declaração em suas duas versões, em espanhol e português, ambas igualmente válidas, em Buenos Aires, Argentina, em 3 de setembro de 2010.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Calendário Geral de Reuniões da Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Calendário Geral de Reuniões da Conferência Ibero-Americana 2010

Reunião	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
Missão Preparatória da XX Cúpula FEB 23-26 B. Aires Argentina		FEB	23-26	B. Aires	Argentina
I Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	ABR	7-8	B. Aires	Argentina
Jornada sobre Educação para a Inclusão	OEI	ABR	8	B. Aires	Argentina
X Conferência Ibero-Americana de Ministros da Agricultura	SPT/SEGIB	JUN	3-4	Mar del Plata	Argentina
XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Saúde	SPT/SEGIB	JUN	10-11	B. Aires	Argentina
XII Conferência Ibero-Americana de Ministras, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência	SPT/SEGIB	JUN	23-24	B. Aires	Argentina
XII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado	SPT/CLAD	JUL	1-2	B. Aires	Argentina
XIV Foro Ibero-Americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor da Habitação e Desenvolvimento Urbano	SPT/MINURVI	SET	1-3	B. Aires	Argentina
X Conferência Ibero-Americana de Ministros do Turismo	SPT/SEGIB	SET	2-3	Córdoba	Argentina
XIII Reunião da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes	SPT/PORTUGAL	SET	9-10	Lisboa	Portugal
XIII Conferência Ibero-Americana da Cultura	SPT/OEI/SEGIB	SET	11-12	B. Aires	Argentina
XX Conferência Ibero-Americana da Educação	SPT/OEI/SEGIB	SET	13	B. Aires	Argentina
Congresso Ibero-Americano de Educação	OEI	SET	13-15	B. Aires	Argentina
Almoço de trabalho de Chanceleres	SPT/SEGIB	SET	24	Nova York	Estados Unidos

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

Foros e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

Reuniões vinculadas ao tema da XX Cúpula

Reunião	Organização/apoio	Mês	Dia	Cidade	País
II Foro Ibero-Americano de Ministros do Trabalho	SPT/SEGIB	OUT	7-8	B. Aires	Argentina
V Foro de Governos Locais	SPT	OUT	15-16	Mar del Plata	Argentina
XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos	SPT/COMJIB/MÉXICO/SEGIB	OUT	21-22	México DF	México
Reunião Extraordinária de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SEGIB	OUT	28-29	Madrid	Espanha
VI Foro Parlamentar	SPT/SEGIB	NOV	11-12	B. Aires	Argentina
II Reunião de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação	SPT	DEZ	1-2	Mar del Plata	Argentina
VI Encontro Cívico	SPT/SEGIB	DEZ	2-3	Mar del Plata	Argentina
VI Encontro Empresarial	SPT/SEGIB	DEZ	2-3	Mar del Plata	Argentina
Reunião de Chanceleres	SPT	DEZ	3	Mar del Plata	Argentina
XX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo	SPT	DEZ	3-4	Mar del Plata	Argentina
XV Conferência Ibero-Americana de Ministros e Altos Responsáveis da Juventude	SPT/OIJ	DEZ	8-10	Sto. Domingo	Rep. Dominicana
III Conferência Ibero-Americana de Gênero	SPT/SEGIB	ABRL 2011	29-30	B. Aires	Argentina

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo

Chanceleres

Coordenadores Nacionais e Responsáveis de Cooperação

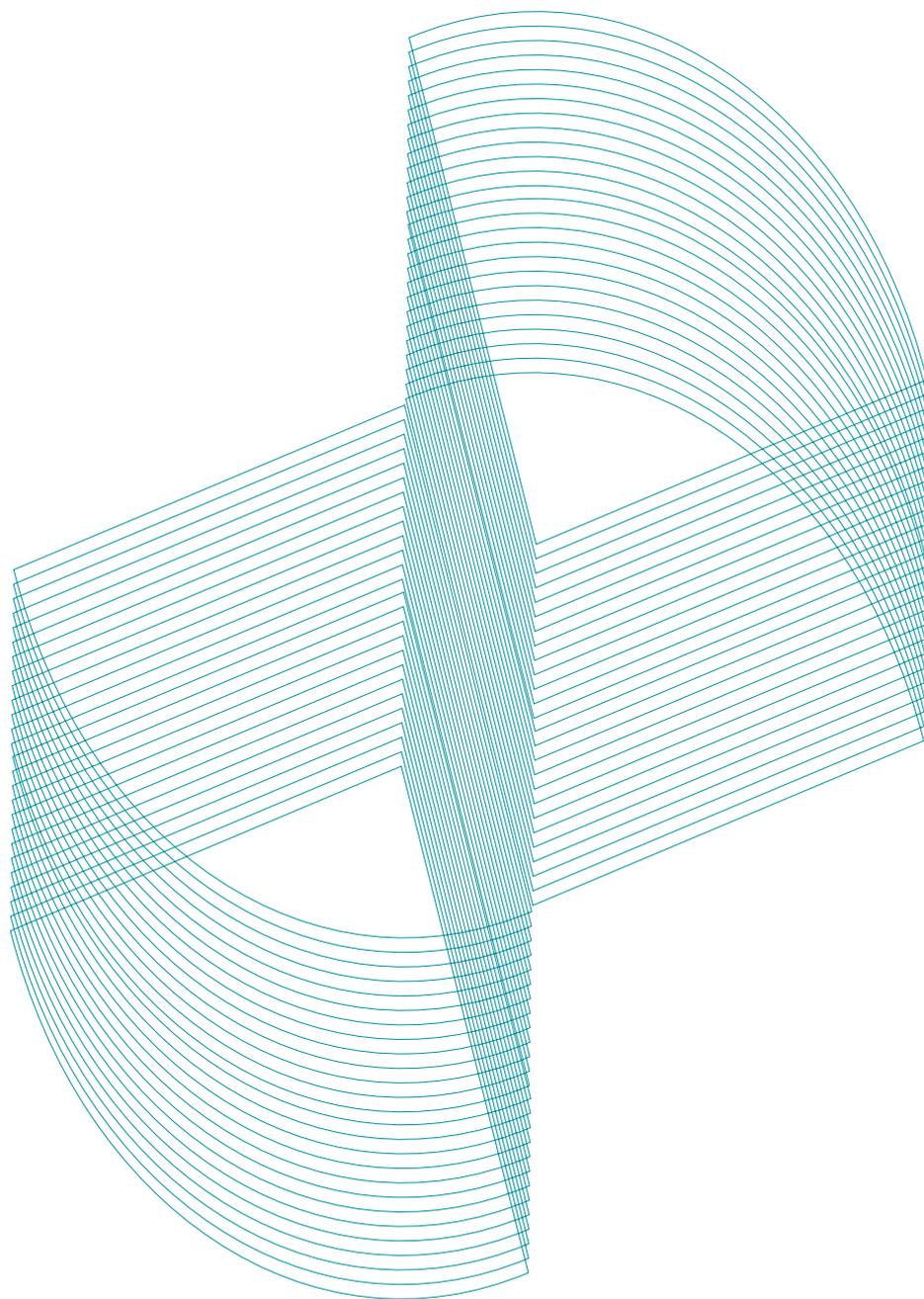
Foros e Encontros

Reuniões Ministeriais Setoriais

Reuniões vinculadas ao tema da XX Cúpula

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Assistência às Reuniões Ministeriais



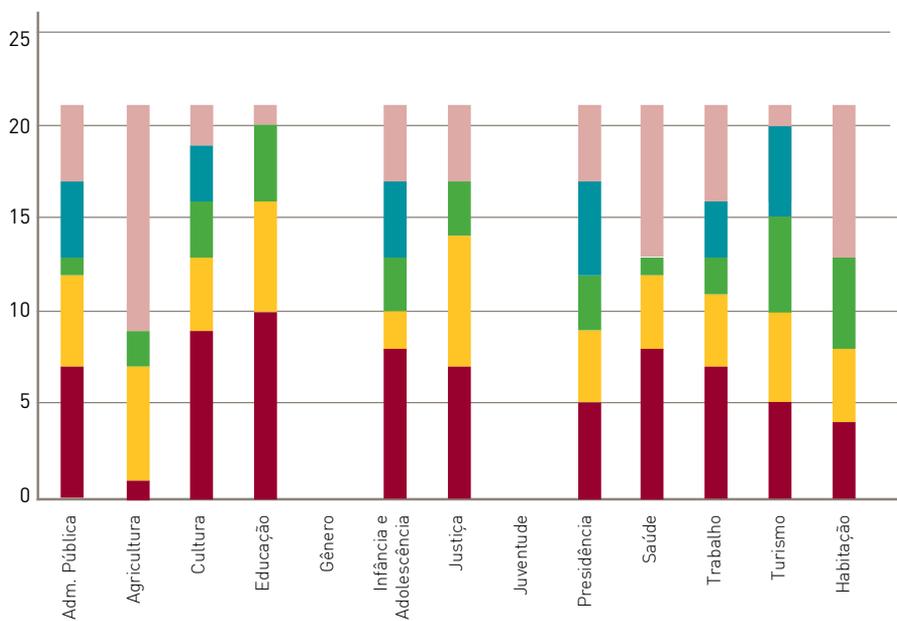
Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Assistência às Reuniões Ministeriais

XX Cúpula Ibero-americana, Mar del Plata, Argentina

Análise comparativa

Reunião	Ministros	Vice Ministros	Altos Funcionários	Diplomatas Locais	Ausências	Países assistentes
Adm. Pública	7	5	1	4	4	17
Agricultura	1	6	2	0	12	9
Cultura	9	4	3	3	2	19
Educação	10	6	4	0	1	20
Gênero	-	-	-	-	-	-
Infância e Adolescência	8	2	3	4	4	17
Justiça	7	7	3	0	4	17
Juventude	-	-	-	-	-	-
Presidência	5	4	3	5	4	17
Saúde	8	4	1	0	8	13
Trabalho	7	4	2	3	5	16
Turismo	5	5	6	4	1	20
Habitação	4	4	5	0	8	13

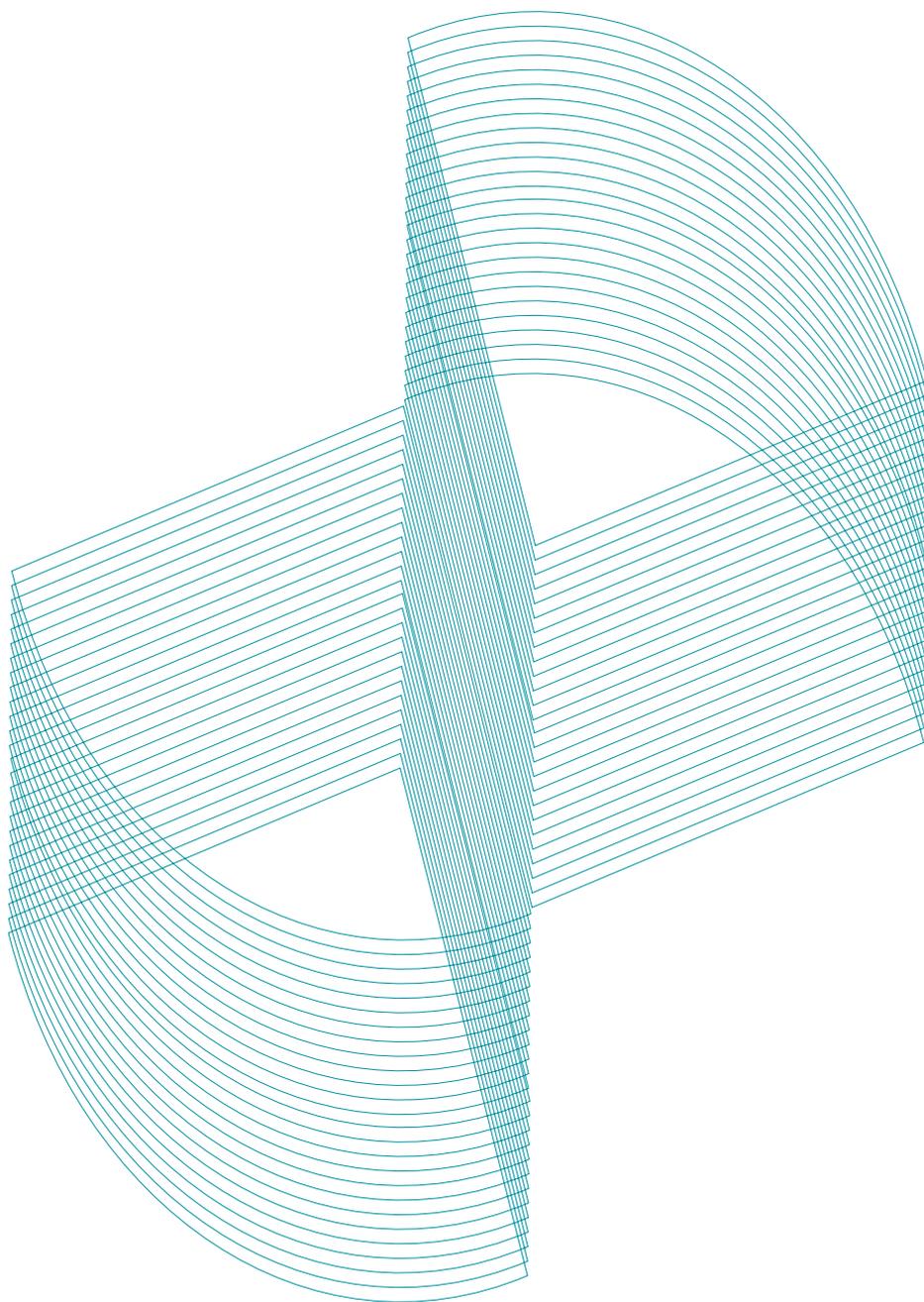


Notas ao quadro estatístico de assistência às Reuniões Ministeriais Setoriais

1. A análise baseia-se em um delegado por país (o chefe da delegação). Não se levou em conta o número de membros de cada delegação.
2. Somente se consideraram as reuniões setoriais de carácter ministerial, não as técnicas nem as preparatórias.
3. O nível de participação está condicionado pelas diferenças de composição das carteiras ministeriais entre os 22 países. Em decorrência, reuniões como as de Habitação ou Turismo, reflectem baixa participação de Ministros, já que nem todos os países contam com essas carteiras ministeriais, ainda que não participado muitos dos mais altos responsáveis pela matéria.

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

*Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais
da XI à XX Cúpula Ibero-Americana desde 2001 a 2010*



Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XX Cúpula Ibero-Americana (2001-2010)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cúpula (Argentina)
Administração Pública e Reforma do Estado		IV Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Santo Domingo, junho)	V Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Sta. Cruz de la Sierra, junho)	VI Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São José, julho)	VII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Madri, junho)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Montevideu, junho)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Pucón, maio-junho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (São Salvador, junho)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (Lisboa, junho)	XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado (B. Aires, julho)
Agricultura		VI Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura (Santo Domingo, outubro)	VII Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura (Tarija, setembro)		VIII Foro Ibero-americano de Ministros da Agricultura (Santiago de Compostela, setembro)			IX Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura (Salmitas, Chile, setembro)		X Conferência Ibero-americana de Ministros de Agricultura (Mar del Plata, junho)
Ciência e Tecnologia	IX Conferência Científica do Programa CYTED (México DF, México, dezembro)	X Conferência do Programa CYTED (Santo Domingo, junho)	Reunião de Ministros e Altas Autoridades da Ciência e Tecnologia da Comunidade Ibero-americana das Nações (Madri, Espanha, setembro)	A Reunião Científica deu origem a uma Declaração de Ministros Ibero-americanos da Ciência e Tecnologia que foi elevada à Cúpula de São José						
Comunicações									I Conferência Ibero-americana de Ministros das Comunicações (Estoril, julho)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XX Cúpula Ibero-Americana (2001-2010)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cúpula (Argentina)
Cultura	V Conferência Ibero-americana de Cultura (Lima, novembro)	VI Conferência Ibero-americana de Cultura (Santo Domingo, outubro)	VII Conferência Ibero-americana (Cochabamba, outubro)	Reunião de Altos Funcionários de Assuntos Culturais (São José)	VIII Conferência Ibero-americana de Cultura (Córdoba, junho)	IX Conferência Ibero-americana de Cultura (Montevideu, julho)	X Conferência Ibero-americana de Cultura (Valparaíso, julho)	XI Conferência Ibero-americana de Cultura (São Salvador, maio)	XII Conferência Ibero-americana de Cultura (Lisboa, abril)	XIII Conferência Ibero-americana de Cultura (B. Aires, setembro)
Economia e Fazenda	IV Reunião Ibero-americana de Ministros da Economia e das Finanças (Lima, novembro)		V Reunião Ibero-americana de Ministros da Economia e da Fazenda (Santa Cruz de la Sierra, novembro)							
Educação	XI Conferência Ibero-americana da Educação (Valência, Espanha, março)	XII Conferência Ibero-americana da Educação (Santo Domingo, outubro)	XIII Conferência Ibero-americana da Educação (Tarija, julho)	XIV Conferência Ibero-americana da Educação (São José, outubro)	XV Conferência Ibero-americana da Educação (Toledo, julho)	XVI Conferência Ibero-americana da Educação (Montevideu, julho)	XVII Conferência Ibero-americana da Educação (Valparaíso, julho)	XVIII Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministros da Educação (Salinitas, Chile, maio)	XIX Conferência Ibero-americana da Educação (Lisboa, abril)	XX Conferência Ibero-americana da Educação (B. Aires, junho)
Energia						I Reunião Ministerial Ibero-americana de Energia (Montevideu, setembro)				
Finanças									Reunião Extraordinária de Ministros Iberoamericanos de Finanças (Porto, março)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XX Cúpula Ibero-Americana (2001-2010)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cúpula (Argentina)
Infância e Adolescência	III Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Lima, outubro)	IV Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Santo Domingo, outubro)	V Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	VI Conferência Ibero-americana de Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (São José, outubro)	VII Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (León, setembro)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Montevideo, outubro)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Pucón, maio)	X Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (São Salvador, junho)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (Lisboa, junho)	XII Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis da Infância e Adolescência (B. Aires, junho)
Inovação e Conhecimento									I Reunião Interministerial Ibero-americana de Inovação e Conhecimento (Estoril, novembro)	
Justiça				XIV Conferência Ibero-americana de Ministros da Justiça (Fortaleza, Brasil, maio/junho)		XV Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (Las Palmas, Espanha, setembro)		XVI Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (São José, Costa Rica, setembro)		XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (México DF, México, outubro)
Juventude		XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude, (Salamanca, Espanha, outubro)		XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude (México, México, novembro)	Reunião Extraordinária Ibero-americana de Ministros da Juventude (Badajoz, Espanha, outubro)	XIII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude (Havana, Cuba, outubro)		XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude (Santiago, Chile, janeiro 2009)		XV Conferência Ibero-americana de Ministros e Altos Responsáveis de Juventude (Santo Domingo, Rep. Dominicana, dezembro)
Meio Ambiente	I Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (La Toja, Espanha, setembro)	II Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Bavaro, julho)	III Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Oaxaca, México, outubro)	IV Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Cascais, Portugal, outubro)	V Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Colón, Panamá, setembro)	VI Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (São Salvador, El Salvador, junho)	VIII Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Assunção, Paraguai, setembro)	IX Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente (Santiago Chile, setembro)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XX Cúpula Ibero-Americana (2001-2010)

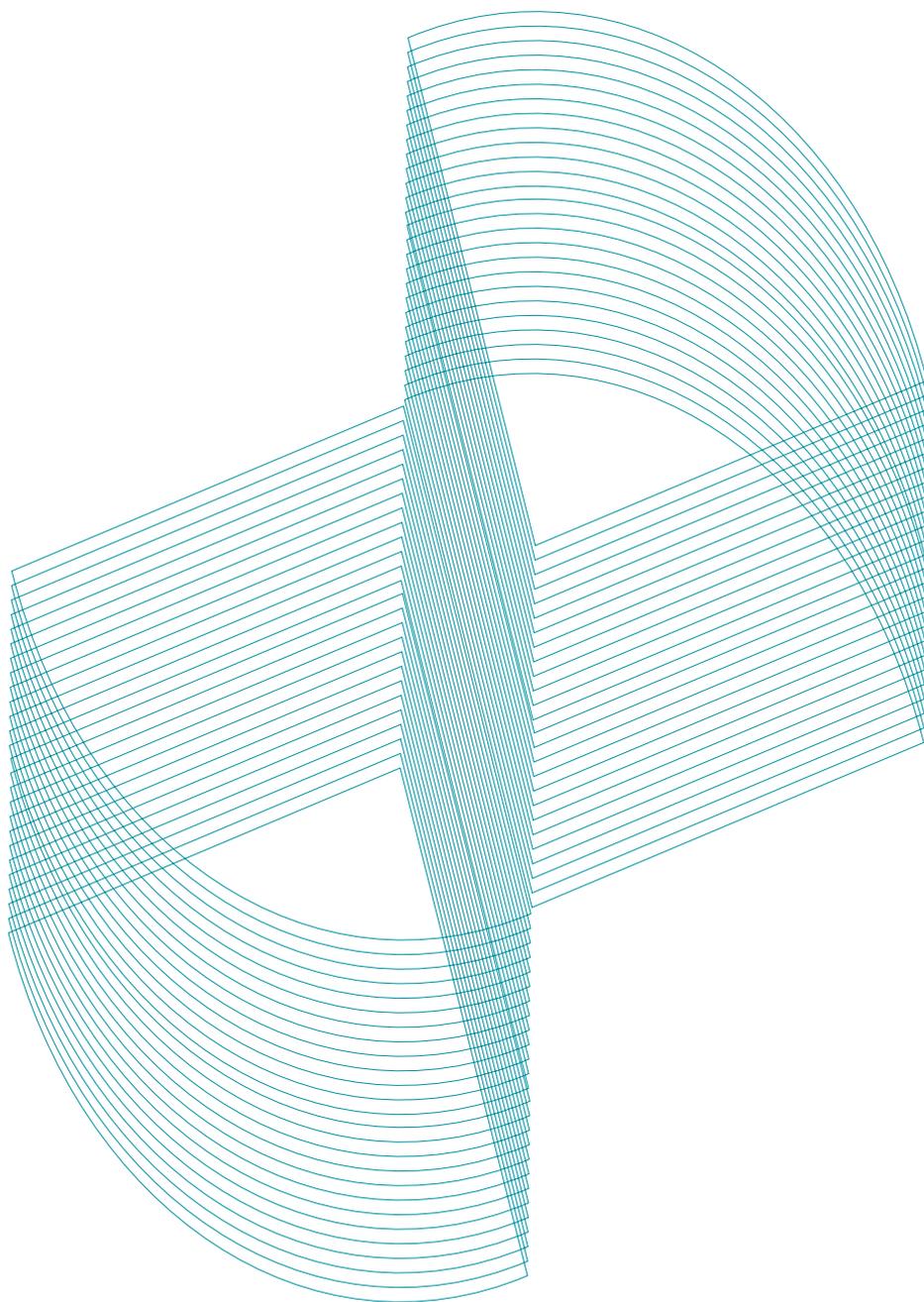
	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cúpula (Argentina)
Políticas da Mulher (Gênero)										
Presidência e Equivalentes	VI Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Buenos Aires, Argentina, setembro)	VII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Lisboa, Portugal, setembro)	VIII Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Panamá, setembro)		IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (México, México, setembro)	X Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Ibero-América (Cartagena, Colômbia, outubro)	XI Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (São José, Costa Rica, agosto)	XII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Montevideo, Uruguai, outubro)	XIII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Lisboa, Portugal, outubro)	XIII Reunião da Rede Ibero-americana de Ministros da Presidência e Equivalentes (RIMPE) (Lisboa, Portugal, outubro)
Saúde	III Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Havana, Cuba, outubro)	IV Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (La Romana, novembro)	V Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Cochabamba, Bolívia, novembro)	VI Reunião de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (São José, Costa Rica, outubro)	VII Conferência de Ministros e Ministras da Saúde da Ibero-América (Granada, setembro)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras da Saúde (Colônia de Sacramento, outubro)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras da Saúde (Iquique, julho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (São Salvador, julho)	XI Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (Evora, junho)	XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Saúde (B. Aires, junho)
Segurança Social		III Conferência Ibero-americana de Segurança Social (Valencia, Espanha, maio)	IV Conferência Ibero-americana de Segurança Social (Alicante, Espanha, outubro)		V Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Segóvia, setembro)		VI Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Iquique, julho)		VII Conferência Ibero-americana de Ministros e Máximos Responsáveis da Segurança Social (Lisboa, Portugal, setembro)	

Quadro Histórico das Reuniões Ministeriais Setoriais da XI à XX Cúpula Ibero-Americana (2001-2010)

	2001 XI Cúpula (Peru)	2002 XII Cúpula (República Dominicana)	2003 XIII Cúpula (Bolívia)	2004 XIV Cúpula (Costa Rica)	2005 XV Cúpula (Espanha)	2006 XVI Cúpula (Uruguai)	2007 XVII Cúpula (Chile)	2008 XVIII Cúpula (El Salvador)	2009 XIX Cimeira (Portugal)	2010 XX Cúpula (Argentina)
Sociedade da Informação	I Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Madri, Espanha, setembro)	II Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Sevilla, Espanha, abril)	III Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação (Alicante, Espanha, novembro)							
Trabalho								I Foro Ibero-americano de Ministros do Trabalho (Salinitas, Chile, setembro)		II Foro Ibero-americano de Ministros do Trabalho (B. Aires, outubro)
Transportes e Infra-Estruturas					VI Encontro de Ministros do Transportes e Infra-Estruturas da Ibero-América (Málaga, setembro)			VII Conferência Ibero-americana de Ministros, Ministros e Altos Responsáveis do Transporte e Infra-Estrutura (São Salvador, setembro)		
Turismo	I Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Cuzco, setembro)	II Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Bávaro, setembro)	III Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Santa Cruz de la Sierra, setembro)	IV Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (São José, outubro)	V Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Zamora, setembro)	VI Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Colônia do Sacramento, setembro)	VII Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Baque Aquiles, Puerto Montt-Laguna, San Rafael, set-out)	VIII Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Salinitas, Chile, julho)	IX Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Estoril, julho)	X Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo (Córdoba, setembro)
Habitação e Urbanismo	VI Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Caracas, Venezuela, outubro)	VII Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Santo Domingo, outubro)	VIII Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (La Paz, novembro)	IX Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (São José, outubro)	X Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Guadalupe, setembro)	XI Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideo, setembro)	XII Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Montevideo, Uruguai, setembro)	XIII Foro Ibero-americano de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (Salinitas, Chile, setembro)	XIV Conferência Ibero-americana de Ministros e Autoridades Máximas do Setor Habitacional e de Desenvolvimento Urbano (B. Aires, setembro)	

Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Quadro Conferência Ibero-Americana



Reuniões Ministeriais Setoriais em 2010

Quadro Conferência Ibero-Americana

REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS	(*)	PROGRAMAS CÚPULA
Educação	(20)	ADAI
Justiça	(17)	BANCOS DE LEITE HUMANO
Juventude	(14)	CYTEU
Habituação e Desenvolvimento Urbano	(14)	FORMAÇÃO EM POLÍTICAS DA INFÂNCIA
Presidência	(13)	FORMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA - RECURSOS
Cultura	(13)	HÍDRICOS
Administração Pública	(12)	FORTELECIMENTO DA COOPERAÇÃO HORIZONTAL SUL-SUL
Infância e Adolescência	(12)	GESTÃO TERRITORIAL
Saúde	(12)	IBERCENA
Agricultura	(10)	IBERGOP
Gênero	(2)	IBERMEDIA
Turismo	(10)	IBERMUSEUS
Meio Ambiente	(9)	IBERPEME
Transporte e Infra-Estrutura	(7)	MOBILIDADE ACADÊMICA- BOLSAS PABLO NERUDA
Segurança Social	(7)	PICBIP
Economia e Fazenda	(5)	PLANO IBERO-AMERICANO DE ALFABETIZAÇÃO
Sociedade da Informação	(3)	RADI
Ciência e Tecnologia	(3)	RILVI
Desenvolvimento Social	(1)	TEIB
Energia	(1)	INICIATIVAS IBERO-AMERICANAS
Trabalho	(2)	CIBIT
Inovação e Conhecimento	(1)	EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS JUVENIS
Finanças	(1)	IBERORQUESTRAS JUVENIS
Comunicações	(1)	IMPLANTAÇÃO DO CONVÊNIO IBERO-AMERICANO DE SEGURANÇA SOCIAL
		SEGUNDO TEMPO
		PROJETOS ADSCRITOS
		CIDEU
		IBERQUALITAS
		PROJETO TICs E INCLUSÃO SOCIAL
		UNIÃO IBERO-AMERICANA DE MUNICIPALISTAS
		VIRTUAL EDUCA

**CÚPULA IBERO-AMERICANA
DE CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO**

**REUNIÃO DE MINISTROS
DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**REUNIÕES DE
COORDENADORES NACIONAIS
E DE RESPONSÁVEIS
DE COOPERAÇÃO**

**SECRETARIA
PRO-TEMPORE**

**SECRETARIA-GERAL
IBERO-AMERICANA**

(*) Número de reuniões realizadas



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

